

tempo e presença

Publicação de KOINONIA ■ Nº 300 ■ Ano 20 ■ Julho/agosto de 1998 ■ R\$ 3,00

BRASIL - SET 1998

um retrato em branco e preto



Denise Frossard Roberto Gama e Silva

Margarida Salomão Herman Assis Baeta

Leonildo Silveira

EDIÇÃO
COMEMORATIVA
EXEMPLAR
N. 300

Na proximidade das eleições, temos a oportunidade de expor algumas “fotos” realistas da conjuntura nacional, destacando temas estratégicos e algo polêmicos. Damos mesmo continuidade às reflexões do número anterior, com um balanço da situação das universidades públicas após o fim da greve.

Este número comporta um caráter celebrativo! São trezentas edições consecutivas, a despeito das mais variadas contramarchas que tivemos de enfrentar ao longo de quase duas décadas; desde os “anos de chumbo” até os atuais obstáculos decorrentes da nova ordem internacional em vigor, sob o influxo da “receita” neoliberal. Acrescentem-se a isso os descaminhos do movimento ecumênico internacional, tentando sobreviver num quadro de neoconfessionalismo, proselitismo agressivo e de fundamentalismos.

A despeito de tudo, não perdemos o ânimo e é com imensa satisfação que rememoramos a trajetória de TEMPO E PRESENÇA ao longo de todos estes anos em que tivemos o privilégio de publicar análises qualificadas, segundo um ponto de vista ecumênico, contribuindo dessa forma para que os sinais do Reino de Deus se tornem mais nítidos na terra brasileira.

Agradecemos sobretudo a colaboração e o prestígio que vocês leitoras e leitores nos têm oferecido.

A par disso não poderíamos deixar de registrar duas justas homenagens: uma ao companheiro Betinho, cujo exemplo e testemunho permanece entre nós; e ao esforço de consolidação do Estado Democrático de Direito e dos direitos das maiorias desfavorecidas, consubstanciado na Constituição Federal de 1988. Esta que tem sido submetida a inúmeras agressões, a título de reformismo.

Apresentamos ainda nossas colunas permanentes que, entre outras funções, pretendem fornecer informação qualificada a respeito de fatos internacionais relevantes, bem como nos transportar para outras visões da realidade, para além da “unanimidade” que a mídia tenta nos impor.

Bom proveito!

Parabéns à Fapesp

No número anterior (p. 17), o Professor Antônio G. Mendonça escreveu palavras de valorização de três entidades, Capes, Cnpq e Fapesp, como continuadoras do desempenho de “papel importantíssimo no apoio à pesquisa” e acrescentava: “a experiência da Fapesp... permite-nos prever bons resultados.”

Lamentamos ter grafado incorretamente a sigla Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). E fazemos aqui a devida correção.

SUMÁRIO

Política

- 5 A INCOMPATIBILIDADE DO PRESIDENTE
Hermann Assis Baeta

Ganância

- 9 A AMAZÔNIA E O MUNDO ATUAL
Roberto Gama e Silva

Religião

- 13 MUTAÇÃO RELIGIOSA NO BRASIL –
DESAFIOS SOCIOLOGICOS E
TEOLÓGICOS
Leonildo Campos Silveira

Universidade

- 16 VIA SACRA DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS: CRISE, DESMONTE E
RECREIAÇÃO
Maria Margarida Martins Salomão

Memória

- 19 TEMPO E PRESENÇA: UMA REVISTA
A SERVIÇO DA UTOPIA ECUMÊNICA
Magali do Nascimento Cunha e
Zwinglio Motta Dias

Saudade

- 24 SE HOVER CÉU, BETINHO FICARÁ
NA PORTA
Fernando Gabeira

Carta Magna

- 26 DEZ ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1998
Luís Roberto Barroso

Clamor

- 28 RUMO AO ANO DO JUBILEU: CARTA
AO POVO BRASILEIRO

Teologia

- 30 DE SUPERFÍCIE, ARTE E TEOLOGIA
Jací Maraschin

Rubem Alves

- 32 "VOU PLANTAR UMA ÁRVORE..."

Crônica

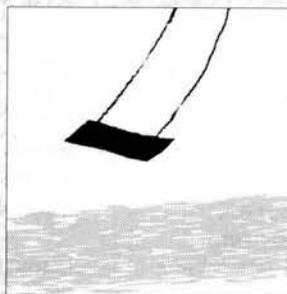
- 34 TORRE DE BABEL – HIENAS E
CORVOS FALAM A MESMA LÍNGUA
Carlos Cunha

América Latina

- 36 GUATEMALA: MONSENHOR GERARDI,
MÁRTIR PELA VERDADE E PELA PAZ

Koinonia

- 39 AIDS E IGREJAS



Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

tempo e presença

Revista bimestral de KOINONIA
Julho/agosto de 1998
Ano 20 - nº 300

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader
Ivoni Reimer
José Oscar Beozzo
Francisco Catão
Jether Pereira Ramalho
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Tânia Mara Sampaio Vieira

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR

José Bittencourt Filho

EDITORA ASSISTENTE

Magali do Nascimento Cunha

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Anita Slade

COPIDESQUE

Paulo Roberto Salles Garcia

REVISOR

Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

CAPA

Anita Slade, foto de Gianne Carvalho

PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

FOTOLITOS

Graftex

IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Agora, mais do que nunca, em que nos preparamos para o Terceiro Milênio, aspirando e orando para que o Ecumenismo possa, de fato, ser uma realidade entre todas as denominações cristãs e que seja estabelecido, fraternalmente, o diálogo religioso com as demais religiões, na busca diuturna de uma relação mais fraterna, justa e humana entre os povos, podemos enfatizar o valor inofismável das contribuições que a TEMPO E PRESENÇA oportuniza a todos que militam nas pastorais, grupos e segmentos de Igreja!

De nossa parte, temos divulgado a TEMPO E PRESENÇA, procurando socializar os subsídios valiosos nela contidos, através de reflexões, palestras e fornecimento de cópias xerox de um ou outro artigo.

Napoleão Nogueira da Silveira Reis
Ipatinga/MG

Estou lhes escrevendo para manifestar meu apoio ao seu e nosso projeto de comunicação ao mesmo tempo alterna-

tivo e global. Alternativo porque ousa refletir a vida com a coragem de alguém que não aceita viver a sua história construída pela mão invisível do mercado, e global porque se sente parte do cosmos com tudo de bom que é gerado a favor da vida indistintamente.

Renovando minha participação no apoio à revista TEMPO E PRESENÇA renovo também as minhas esperanças em meus sonhos em viver uma sociedade mais crítica, adulta, consciente e participativa.

Lamartine Oscar Veiga
Bragança Paulista/SP

Estou recebendo a revista e cada edição é uma maravilha que a gente experimenta. Continuem este trabalho lindo que é a comunhão das idéias e das coisas boas que Deus tem feito no mundo.

Eliomar Ribeiro
Belo Horizonte/MG (por e-mail)

Hoje estou comunicando a vocês que recebi um comunicado por não estar colaborando com a Revista. O motivo é que as irmãs Jeannine e Cla-

ra — Irmãs de São José de Lyon, voltaram ao USA, país de origem.

Nós, irmãs de São José de Chambery, estamos dando continuidade a esta missão. Gostaria de reafirmar sobre a importância desta revista e há muito tempo que a leio, especialmente no período das missões em Goiás!

Estou renovando esta assinatura e parabéns pelo conteúdo!

Irmão Deulerá Decker
Rondônia

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-los por esta revista, que é superatual e contém artigos muito interessantes, os quais utilizo para clarear minhas atividades de faculdade e do trabalho.

Leonardo Silva
(Por e-mail)

Quero desejar a todos um bom dia de trabalho e agradecer pela atenção aos assinantes, especialmente àqueles os quais não têm mais contato.

Gean Carlos N. Jesus
Carapina-Serra/ES

AINDA NÃO ASSINOU TEMPO E PRESENÇA?



Quem lê TEMPO E PRESENÇA não pode ficar somente com um número.

TEMPO E PRESENÇA é uma leitura indispensável para quem está comprometido na construção de um mundo melhor, mais alegre e mais justo, com a profundidade e qualidade que têm sido a marca desta publicação nas últimas duas décadas. Participe da comunidade de leitores de TEMPO E PRESENÇA e faça agora mesmo uma assinatura anual: R\$ 18,00 (assinatura normal); R\$ 25,00 (assinatura de apoio); US\$ 50,00 (assinatura para o exterior).

Basta escolher uma das três formas de pagamento:

- Cheque em nome de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
- Depósito na conta Bradesco 15.245-5, agência 1745-0

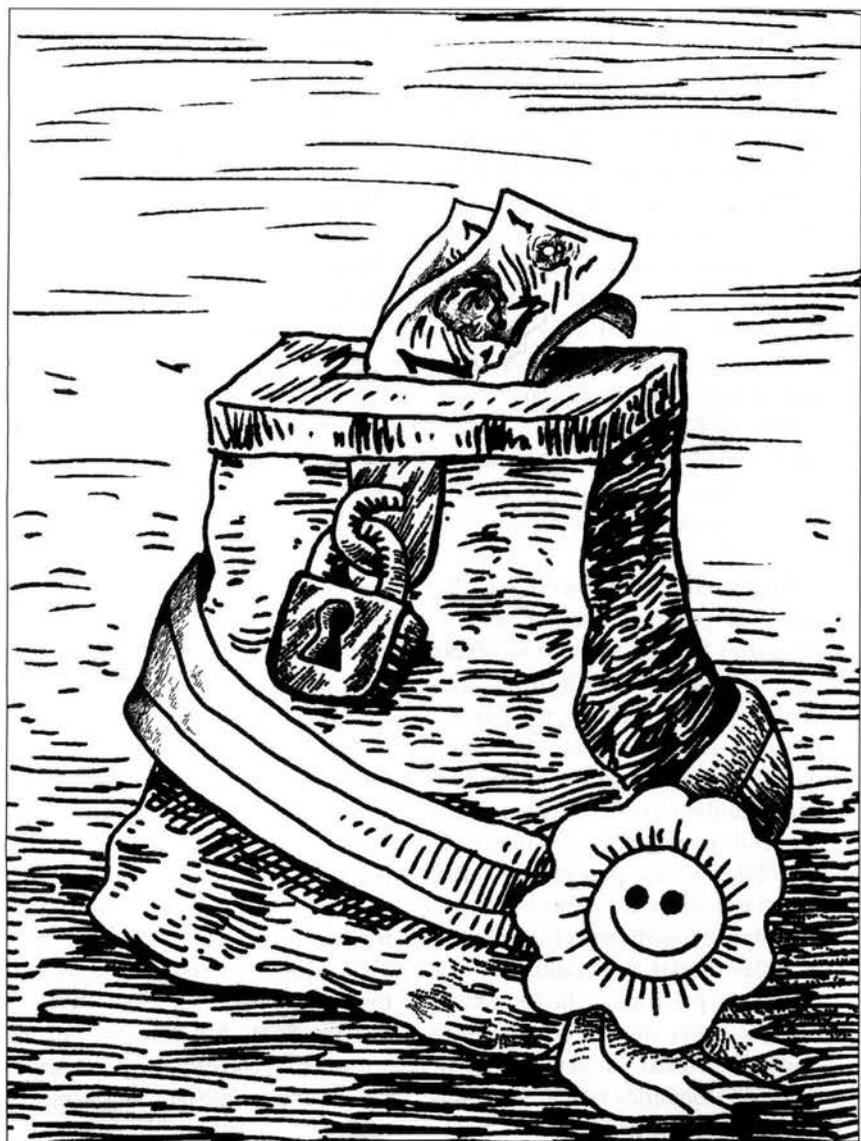
(remeter cópia do recibo)

- Vale Postal para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço (remeter cópia do recibo)

Enviar para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, a/c Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129, Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel. 021-2246713 Fax 021-2213016 E-mail: koinos@ax.apc.org

A INCOMPATIBILIDADE DO PRESIDENTE

Hermann Assis Baeta



Aprovada a emenda da reeleição, Fernando Henrique Cardoso vai disputar outro mandato. Entre outros problemas, é grande a possibilidade de o candidato a presidente, no exercício pleno desse mesmo cargo, manipular a máquina administrativa em seu benefício, propiciando a prática de corrupção eleitoral, abusos administrativos e violência política contra seus adversários e opositores. É isso que o autor deste artigo analisa, baseando-se até mesmo em ensinamentos de juristas e constitucionalistas brasileiros

A questão da incompatibilidade do presidente da República, como candidato à reeleição, embora pareça um tema morto — em face do silêncio da mídia —, estimula que se mantenha aceso o debate, não apenas para que se observe o que está acontecendo no processo político-eleitoral em curso, mas também para, se for o caso, constatar-se, no futuro, com quem estava a razão: se com os defensores da reeleição ou se com os opositores dela.

Que se entende por incompatibilidade político-eleitoral? É o fato de o cidadão, em razão do cargo ou mandato que estiver exercendo, encontrar-se impedido de se reeleger para o referido cargo ou de eleger-se para outro. Trata-se, no caso concreto, da incompatibilidade, ou não, do senhor Fernando Henrique Cardoso, presidente

O que deve ser levado em consideração não é o direito de uma só pessoa, na hipótese a pessoa do presidente da República, mas sim de todo e qualquer cidadão concorrer ao pleito em igualdade de condições

da República, de permanecer no pleno exercício do mandato de que é titular durante o tempo de sua campanha política à reeleição para o mesmo mandato presidencial.

DOIS PROBLEMAS

Há dois problemas, entre outros, a serem enfrentados, pela sua importância no conjunto da matéria: a) a questão do princípio constitucional da igualdade; b) e a possibilidade de o candidato a presidente, no exercício pleno desse mesmo cargo, manipular a máquina administrativa em seu benefício, propiciando a prática de corrupção eleitoral, abusos administrativos e violência política para com seus adversários e opositores.

No que concerne à questão da igualdade, que, além de ser um princípio constitucional, representa um dos valores fundamentais que sustentam a Constituição de 1988, os argumentos contrários, especialmente o que se refere ao “princípio de que restrição de direitos não se presume”, não podem prevalecer, pois o que deve ser levado em consideração não é o direito de uma só pessoa, na hipótese a pessoa do presidente da República, mas sim o direito de todo e qualquer cida-

dão concorrer ao pleito em igualdade de condições com o presidente da República. E mais: se não houver essa igualdade, o que se verifica é o cidadão que se encontra no exercício de cargo de presidente concorrer com vantagem sobre todos os demais candidatos por seu *status* social e graças ao prestígio que desfruta e às possibilidades inerentes ao cargo de presidente.

É que o texto da Emenda 16 não explicitou a obrigatoriedade de desincompatibilização do presidente da República seis meses antes do dia do pleito eleitoral. Isso porque o artigo 14, parágrafo 5º da Constituição Federal, antes da Emenda Constitucional n. 16, que permite a reeleição do presidente da República, estabelecia que “são inelegíveis para os mesmos cargos no período subsequente o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído antes dos seis meses anteriores ao pleito.”

Já o parágrafo imediatamente posterior, o 6º, que não foi alterado pela referida Emenda, estabelece: “Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos *devem renunciar aos respectivos mandatos seis meses antes do pleito*” (grifamos).

O segundo problema é a possibilidade de prática de atos antiéticos, de corrupção eleitoral e de violência política, que poderá surgir na campanha eleitoral. É difícil, mesmo impossível, dissociar os atos do presidente da República dos atos do cidadão candidato à reeleição para o subsequente mandato de presidente da República. Como poderá o cidadão, em sua consciência e dentro de critérios lógicos insofismáveis, acumular as ações diárias de candidato à reeleição de presidente da República com as ações diárias de Chefe do Poder Executivo, ou seja, de presidente da República no pleno exercício do cargo? Basta o *status* de presi-

sidente da República para, por si só, atrair as atenções e o interesse da população em face de sua notoriedade e da importância do cargo em todas as esferas da sociedade brasileira.

Não é à toa, como sempre costuma lembrar Barbosa Lima Sobrinho, que as nossas constituições mais legítimas e democráticas (1891, 1934, 1946 e 1988) vedaram a prática de reeleição presidencial. Até mesmo as constituições de origem autoritária, como as de 1967 e 1969, semi-outorgada e outorgada, respectivamente, pelos militares, não previam a reeleição do presidente da República para o mandato subsequente.

ENSINAMENTOS DE JURISTAS

Importa refletir sobre os ensinamentos e razões que nossos consagrados juristas e constitucionalistas ministraram. João Barbalho, com sua contundência habitual, diz, textualmente: “De que poderosos meios não poderá lançar mão o presidente que pretender se fazer reeleger? Admitir presidente candidato é expor o eleitorado a pressão, corrupção e fraude na mais larga escala. Já de si a eleição presidencial engendra no país agitação não pequena e temerosa; e o que não se dará quando o candidato for o homem que dispõe da maior soma de poder e força, pela sua autoridade, pelos vastos recursos que pode pôr em ação para impor a sua reeleição?! E que perturbação na administração pública e que enorme prejuízo para o país no emprego de elementos oficiais com esse fim? Não há incompatibilidade, pois, mais justificada.” (*Constituição Federal Brasileira — Comentários*. Typographia da Companhia No Litho-Typographia, em Sapopemba, 1902, p.166.)

Carlos Maximiliano, com sua autoridade incontestável, é taxativo: “Nos próprios Estados Unidos muitos pensam dever ser vedada a reeleição imediata. Ainda mesmo que se abstenha da corrupção e da violência, dispõe de prestígio tal o presidente que só por si constitui sério embaraço à

SOBRE CORRUPÇÃO – A HIDRA MODERNA

Denise Frossard

Tal como a mencionada figura mitológica, a corrupção, cada vez mais, apresenta-se em múltiplas faces e figurações, mostrando-se aqui e escondendo-se acolá. Significativo que o aspecto marcante daquela figura ficcional seja, precisamente, a multiplicidade de cabeças...

No entanto, o mais interessante é que, para os mais desavisados, es- teja-se diante de individualidades compartimentadas. A verificação do engano vem acontecer numa visão macroscópica do fenômeno, reconhecendo uma sincronia silenciosa entre pontos às vezes geograficamente tão distantes, mas amoralmente tão afins.

Como o espetáculo é percebido, mas nem sempre seus autores e diretores são identificados, os atores, que somos todos nós, muitas vezes atuamos em pontas sem saber qual o texto ou a sua conjugação com os demais personagens, sendo muitas vezes chamados a trocar de posição com a platéia do aplauso mecânico, ou, quando menos conscientes, a atuar tal como uma claqué. Quantos de nós não participamos sem o saber de iniciativas explicitamente tão legítimas e que, com o porvir, mostraram-se tão espúrias, com o aparecimento, infelizmente póstumo, de uma das cabeças daquela entidade.

Outra característica, tal como a estrutura mitológica daquela entidade, reside na dificuldade de se juntar o corpo comum de todas as cabeças. Enquanto isso, praticamos o exercício inócuo da extinção individual de cada uma daquelas expressões, com a ilusão de que com isso conseguimos afetar o todo. Uma lição já foi aprendida: só é possível se enfrentar a fera, coletivamente, num esforço concentrado e dirigido, em que o antídoto para a transformação silenciosa imposta pela eternização da figura é o idealismo.

Para que assim aconteça, obser-

va-se que o combustível para a mudança continua sendo a imortal idéia, tão precisa e sedutora nos seus termos e tão variável no seu conteúdo. A disseminação desta funciona no corpo social e sobre a estrutura moral deste coletivismo, como um verdadeiro princípio de vasos comunicantes de Pascal.

INSURREIÇÕES POPULARES

Todos os exemplos mais próximos da História, sobre tais circunstâncias, aconteceram a partir de insurreições populares, citando-se, exemplificativamente, as revoluções francesa e americana. Sucede que a primeira, principal marco moderno da humanidade, pelos parâmetros e limites que constituiu entre o eterno conflito entre o cidadão e o Estado, acabou por sucumbir a partir do momento em que não encontrou os mecanismos adequados para o controle exercido pela sedução do poder, dentro dos aspectos conhecidos da vaidade individual. Mas a sua idéia ficou a partir da verificação compulsória das estruturas governantes pela plebe, ou seja, do primeiro e segundo Estados, pelo terceiro.

O exemplo americano, mais suave e sutil, demonstrou um anacronismo menor na solução final alcançada, talvez pela aguda e sagaz consciência de que a única forma de controle do fenômeno é a descentralização de órgãos, sempre coletivos, presentes em todas as expressões de atividades do Estado, independentemente de qual seja a função-meio ou fim daqueles. A máxima fragmentação possível dessa estrutura aproxima o povo das entidades estatais, derivando daí a única forma de controle externo legítima e aceitável, porque fulcrada na cidadania, arma verdadeira do indivíduo para questionar o Leviatã de Hobbes.

Não se faz aqui a apologia golpista ou da luta armada, já que antes se falou em insurreições populares. Para os mais argutos, foi possível identi-

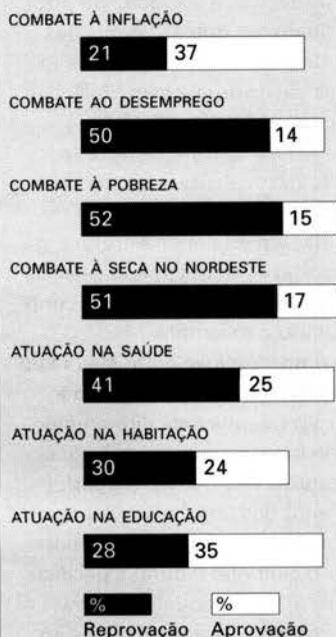
car que o discurso privilegiou estruturas materiais arcaicas e ultrapassadas, porque apenas a idéia, aquela imortal, sobrevive e se transmuda. Sua configuração atual transborda sutilezas, pois o que se pode dizer que foi aprendido neste final de século, e por que não dizer, de milênio, foi que as revoluções mais bem-sucedidas e perenes foram as silenciosas e sem violência explícita. Não se faz necessário aqui fixar as considerações adequadas desta abstração, mas uma lembrança é muita oportuna e necessária: em qualquer estrutura social saudável, o princípio basilar de controle individual e coletivo, continua sendo o mesmo: a Lei.

Há uma simbiose entre ela (a Lei) e as instituições, de forma que a evolução de uma está diretamente proporcional ao sucesso e à eficácia material das outras. O aperfeiçoamento dos legislativos, por um exacerbamento de cidadania, parece ser o caminho natural e pacífico para se alcançar aquela seletiva evolução: o que se verifica que só poderá acontecer com uma condição maior de consciência de participação e aproximação do indivíduo com o parlamentar que o representa. A partir daí é que se pode vislumbrar a criação de soluções para reduzir às mínimas proporções a equivalente atual da criatura de Lerna.

Numa ótica mais concreta e atual, recorde-se aqui o agudo magistério de um pensador contemporâneo sobre a matéria: "A corrupção administrativa constitui um fenômeno permanente e estrutural, que nas suas múltiplas e sofisticadas fórmulas, sobrevive no organismo Estatal mesmo quando os governos são probos" (Modesto Carvalhosa).

Denise Frossard – juíza de Direito aposentada e candidata ao Senado pelo Rio de Janeiro.

ATUAÇÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, SEGUNDO O ELEITORADO



Obs.: O índice de reprovação de 1998, que oscila entre 24 a 25%, mantém o valor máximo alcançado em junho 1996, cuja oscilação variou entre 15 e 25%. Naquele período, o índice de aprovação caiu de 41 para 30%.

Folha de S. Paulo, 14/6/98. Pesquisa Datafolha realizada antes de o governo implementar medidas com vistas ao aumento de popularidade.

vitória de outro candidato. Aspirando a novos sufrágios, insensivelmente se tornará mais político do que administrador, preocupado em agradar às turbas, a conquistar por meio de obras admiáveis Estados importantes. Condescenderá quando for o seu dever resistir, fará menos o de que a nação precisa, do que aquilo que os chefes políticos desejam.

“Nos países novos o perigo é maior. Permitida a reeleição, todos a dispu-

tariam, e a vitória caberia sempre ao governo, como acontece em todos os pleitos. Dever-se-ia o primeiro triunfo à persuasão, o segundo à corrupção, e os demais à violência.” (*Comentários à Constituição Brasileira — 1946 — vol. II, p.209, Livraria Editora Freitas Bastos, Quarta Edição (atualizada) — 1948.*)

Já Alexis de Tocqueville, do alto de sua autoridade e conceito internacionais, pondera: “A intriga e a corrupção são vícios naturais aos governos eletivos. Quando, porém, o chefe do Estado pode ser reeleito, tais vícios se estendem indefinidamente e comprometem a própria existência do país. Quando um simples candidato quer vencer pela intriga, as suas manobras não poderiam exercer-se senão sobre um espaço circunscrito. Quando, pelo contrário, o chefe do Estado mesmo se põe em luta, toma emprestada para o seu próprio uso a força do governo. No primeiro caso, é um homem com os seus frágeis meios; no segundo, é o próprio Estado, com as suas imensas reservas, que intriga e corrompe. O simples concidadão que emprega manobras culpáveis para chegar ao poder não pode, senão de maneira indireta, prejudicar a prosperidade pública; se, porém, o representante do poder desce à liça, o cuidado do governo torna-se para ele interesse secundário; o interesse principal é a sua eleição. As negociações, assim como as leis, passam a ser para ele nada mais que combinações eleitorais; os lugares tornam-se a recompensa de serviços prestados, não à nação, mas a seu chefe (grifamos).

“Por isso, o princípio da reeleição torna a influência corruptora dos governos eletivos mais extensa e mais perigosa. Tende a degradar a moral política do povo e a substituir patriotismo pela habilidade.” (*A democracia na América*, Editora da Universidade de São Paulo, 1977, pp.108/109.)

Quem acompanhou, com atenção e perspicácia, os fatos e os atos políticos que precederam à votação da

Emenda Constitucional n. 16, bem como todo o processo político, verificará que os nossos eminentes constitucionistas acima citados estão cobertos de razão.

INÉDITO E PARADOXAL

Examinada a questão ainda por outro ângulo, convém notar que se os legisladores derivados (deputados e senadores constituintes) tivessem declarado expressamente no texto constitucional que o presidente poderia candidatar-se à reeleição no pleno exercício do mandato, tal norma constituiria, sem a menor dúvida, uma “norma constitucional inconstitucional” (Bachof), pois atentaria contra outras normas, que se revestem de valores fundamentais e violaria, no seu conjunto, o próprio sistema constitucional.

Com efeito, deparamo-nos com uma situação inédita e paradoxal no País: um só cidadão, a quem se atribuem superpoderes, impera numa sociedade integrada por cerca de cento e sessenta milhões de habitantes. E, mais absurdo ainda, o presidente poderá (poderá mesmo?), como se tem entendido, candidatar-se à reeleição, sem afastar-se do cargo, mas não pode candidatar-se a cargo diverso, a deputado ou senador, por exemplo, sem que renuncie ao cargo de presidente.

Se se der uma interpretação sistemática ou teleológica ao texto constitucional, o presidente se encontrará impedido de concorrer ao pleito de 3 de outubro. Mas, se ao contrário, os tribunais do País entenderem que as coisas devem ficar como estão, não haverá mais nada a fazer, o candidato à reeleição marchará tranquilamente às urnas. E, nesta hipótese, só restará aos habitantes da planície (neobobos, neoburros e vagabundos) aguardarem os acontecimentos.

E o futuro dirá quem tem razão...

Hermann Assis Baeta – ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e ex-presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

A AMAZÔNIA E O MUNDO ATUAL

Roberto Gama e Silva

O processo do neoliberalismo, cujas premissas principais são a globalização da economia e a limitação da soberania, e a crescente escassez de recursos naturais nas metrópoles só tendem a favorecer ou facilitar o apresamento desses mesmos recursos, ainda fartos nos países subdesenvolvidos, para sustentar o progresso da minoria próspera. Esse é o pano de fundo que o autor escolheu para analisar o preocupante interesse dos Estados Unidos e de outros países pela Amazônia, considerada o paraíso dos recursos naturais

A desintegração da União Soviética acabou com a repartição do poder mundial entre dois pólos, dando origem a um novo ordenamento, que poderia ser chamado de *Pax Americana* ou então, com mais propriedade, de *Pax Borealis*, para deixar claro o alinhamento, num só bloco dominante, dos Estados Unidos da América, expressão máxima do poderio militar e econômico, e dos países industrializados da atualidade, todos localizados no hemisfério de onde sopra o Bóreas.

Embora comandando o mundo, esses países estão cada vez mais ameaçados por carências de bens naturais, essenciais à continuidade do seu progresso. Tais carências estão-se tornando cada vez mais críticas devido ao consumo perdulário das dádivas da natureza, que a própria elevação do padrão de vida suscita. Tomando

como base os Estados Unidos da América, por motivos óbvios, é muito fácil apontar os sinais das crises que se avizinham em ritmo acelerado.

CONSUMISMO EXAGERADO

Cada habitante do país mais poderoso do mundo moderno consome, no momento, 325 quilogramas de papel por ano. Essa média é igual ao dobro do que gasta um habitante dos demais membros do Grupo dos Sete e sessenta e cinco vezes maior do que o consumo de um indivíduo que vive no mundo subdesenvolvido. Para satisfazer essa demanda alucinante, não resta outra alternativa para os norte-americanos senão importar, a cada ano que passa, o equivalente a 10 milhões de metros cúbicos de madeiras leves, o que corresponde à metade do consumo nacional. Note-se que o país em foco é pioneiro no ramo do plantio e exploração de florestas.

Um setor prontamente acionado pelo Congresso é o que lida com as substâncias minerais. Ninguém duvida de que para melhorar o nível de vida de uma comunidade humana faz-se necessário equipá-la com a eletricidade. Ora, a produção de energia elétrica depende de geradores montados com partes metálicas. A distribuição dessa forma de energia, por seu turno, depende de linhas de transmissão metálicas e a sua utilização, seja na indústria, seja nas residências, requer a presença de condutores metálicos e de equipamentos dotados de peças metálicas.

As pessoas prósperas, além disso, tornam-se sempre mais exigentes em relação à qualidade dos bens que adquirem, razão pela qual os materiais usados na sua fabricação precisam ser mais duráveis. Para tornar esses



Arquivo do autor

Os igapós integram o meio ambiente consagrado como "Império das Águas"



Arquivo do autor

A evapotranspiração, que confunde e faz pensar em chuva, é um dos recursos da própria floresta para se auto-sustentar



Arquivo do autor

A Amazônia, rica em minerais, possui áreas valorizadas e belas como o canyon do Rio Traíra

materiais mais resistentes à corrosão, ao aquecimento, aos choques, etc., é preciso requisitar o concurso de ligas especiais, somente obtidas com a participação de outros metais, como níquel, cromo, molibdênio, tungstênio, nióbio e outros mais.

Pelas razões expostas, o país selecionado como modelo, consumiu, entre 1940 e 1970, 45 vezes mais zinco, 52 vezes mais alumínio, 64 vezes mais

ferro, 102 vezes mais cobre, 176 vezes mais chumbo do que todos os demais países reunidos. Hoje, os norte-americanos ainda consomem cerca de 20% dos minerais não-energéticos extraídos da crosta terrestre, embora representem apenas 5% da população do planeta.

Outra carência que já preocupa os norte-americanos é a de água potável que, por sinal, será, no futuro, o

recurso natural mais crítico da Terra. Como a precipitação média anual, no território, só alcança a marca de 6×10^{12} metros cúbicos por ano, três vezes menos do que a precipitação sobre o espaço brasileiro e metade do total de chuvas da bacia amazônica, fácil entender por que o abastecimento de água potável já é problemático em muitas regiões do país. Na costa oeste da Flórida, aquela debruçada sobre o Golfo do México, a escassez do precioso líquido só não atingiu a população local pelo fato de terem sido instaladas setenta e cinco unidades de dessalinização da água do mar na região, para sanar um déficit de 340 milhões de litros diários no abastecimento. Claro está que os problemas com que se deparam os Estados Unidos da América, ocupante de meio continente, incidirão com maior intensidade sobre os outros países industrializados, praticamente indigentes em termos de recursos da natureza, devido aos reduzidos espaços que ocupam.

A IMPOSIÇÃO PELO NEOLIBERALISMO

Por tudo o que foi dito, tão logo removida a grande barreira que se antepunha à adoção de um novo ordenamento global, como era a divisão do poder mundial entre dois blocos poderosos e antagônicos, os Estados desenvolvidos trataram logo de impor aos demais uma nova forma de convivência interestatal, baseada no chamado neoliberalismo, cujo receituário é extremamente favorável à solução dos problemas que os incomodam. Os postuladores da pauta neoliberal, como a globalização das economias, mediante o desmonte das barreiras alfandegárias e a eliminação de todas as medidas protecionistas; como a limitação das soberanias (para os subdesenvolvidos, é claro), de modo a tolher o direito que cada país deve ter para selecionar o próprio rumo; como a redefinição das tarefas das Forças Armadas dos países atrasados, delas retirando a dissuasão, razão de ser de tais instituições per-

O DÉFICIT DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS DOS ESTADOS UNIDOS

Como consequência do elevado índice de consumo de substâncias minerais, o grau de dependência dos Estados Unidos, em relação às substâncias de maior emprego, passou a ser o seguinte:

Manganês	98%
Cobalto	97%
Alumínio	91%
Cromo	91%
Estanho	82%
Níquel	70%
Zinco	57%
Tungstênio	52%
Ferro	48%

Fonte: Arquivo do autor.

manentes, para incluir em seu lugar tarefas tipicamente policiais, como repressão ao contrabando ou combate ao narcotráfico; só tendem a favorecer ou facilitar o apresamento dos recursos naturais, ainda fartos nos países subdesenvolvidos, para sustentar o progresso da minoria próspera. Em outras palavras: a “Nova Ordem” mundial tenta replantar o colonialismo na Terra, a partir da invasão dos compartimentos econômicos dos países atrasados, inermes diante da capacidade de persuasão e dissuasão dos países industrializados.

A base física dos quatro milhões de quilômetros quadrados da Amazônia brasileira acha-se dividida em três unidades estruturais: Escudo das Guianas, Escudo Brasileiro e Bacia Sedimentar. Os dois Escudos datam da Era Arqueozóica (3,8 a 2,5 bilhões de anos atrás), por esse motivo formados a partir das rochas mais antigas da plataforma sul-americana e, mesmo, da Terra. São os Escudos os ambientes privilegiados para acumulações de substâncias pesadas, como os metais.

Entre 4,6 e 3,8 bilhões de anos atrás, período da infância sem registros do planeta, este viu-se envolvido

com um processo de fusão, que deu margem a uma diferenciação gravimétrica dos elementos que o compunham. A diferenciação gravimétrica provocou a concentração dos elementos mais pesados no núcleo da Terra. Por circunstâncias diversas, uma pequena parcela desses elementos pesados teve condições de “boiar” na camada mais próxima da superfície, em associações com outras substâncias. Estas, no processo subsequente de solidificação, formaram os corpos rochosos que compõem os Escudos, conservando no seu bojo os tais materiais pesados. Eis aí uma das razões pelas quais a Amazônia brasileira pode muito bem ser chamada de “Oriente Médio” dos metais. Os dois Escudos alojam grandes depósitos de ouro — o mineral típico do Arqueozóico —, ferro, manganês, cobre, níquel, chumbo, zinco, estanho, cromo, prata, platina, molibdênio, tungstênio, etc.

A Bacia Sedimentar armazena petróleo, gás natural, sal-gema, sais de potássio e um sem-número de minerais utilizados na construção civil. Lá só não se encontra o carvão mineral, por terem faltado à região, na época oportuna, as condições essenciais para a sua geração. Há, no entanto, ocorrências promissoras de linhito e tur-

fa, produtos de um passado recente. A Amazônia brasileira, então, no que concerne às substâncias da natureza mineral, faz jus ao título de “paraíso dos recursos naturais”. Aí está a explicação da pressa com que os neoliberais, cidadãos do mundo por consequência, trataram de retirar do texto constitucional em vigor todas as salvaguardas que reservavam às empresas de capital nacional, embora com participação minoritária de estrangeiros, a pesquisa e a lavra do subsolo brasileiro. Queriam e continuam querendo entregar os nossos minerais para os de fora, provavelmente em troca de garantias para que permaneçam no poder!

Cada habitante dos Estados Unidos consome 325 quilos de papel por ano, média igual ao dobro do que gasta um habitante dos demais membros do Grupo dos Sete, e 65 vezes maior do que o consumo de um indivíduo que vive no mundo subdesenvolvido



O Pico da Neblina, ponto culminante do Brasil, é parte da região amazônica

Arquivo do autor

É preciso abjurar, com veemência, as idéias neocolonialistas que nos estão impondo, com o propósito claro de dominar o compartimento econômico do país e transformar o Brasil num mero satélite dos países industrializados

"MANEJO SUSTENTADO"

Contudo, para explorar racionalmente todo esse rico patrimônio, faz-se necessário o emprego de um tipo de manejo que procure reproduzir os mecanismos de regeneração natural dos numerosos ecossistemas que o formam. Seria o "manejo sustentado" de que tanto falam, sem saber do que se trata. Se a racionalidade imperar na exploração da floresta e das demais tipologias vegetais existentes, chegar-se-á bem próximo do ciclo termodinâmico ideal. As perdas de energia, que distinguem o real do ideal, serão compensadas pela energia radiante do sol, que incide com intensidade máxima sobre toda a Amazônia.

Como deve o Brasil agir para repelir as investidas externas, manter a Amazônia sob seu domínio integral e, sobretudo, explorar as dádivas do paraíso, sem causar danos irreparáveis aos seus ecossistemas? A receita para ultrapassá-los parece simples, embora venha a exigir um esforço hercúleo de todos nós. Para mantê-lo sob nosso domínio pleno, é preciso abjurar, com veemência, as idéias neocolonialistas que nos estão impondo, com o propósito claro de dominar o compartimento econômico do país e, por

assim fazer, transformar o Brasil num mero satélite dos países industrializados, simples fornecedor de matérias-primas para o mundo desenvolvido.

Aplicáveis especificamente à Amazônia, caberiam ainda as seguintes medidas: a) retomar a tradicional estratégia portuguesa, aplicada à região, baseada no tamponamento das vias de acesso e vivificação de certas zonas fronteiriças; b) executar o zoneamento ecológico-econômico da região para estabelecer como, quando e onde explorar as vocações iminentes da Amazônia brasileira; c) e impedir que empresas, sob controle majoritário de estrangeiros, possam

participar da grande empreitada dos brasileiros no alvorecer do próximo milênio, que será sem dúvida a conquista definitiva da nossa Amazônia.

Temos que nos apressar, todavia, pois toda essa atenção que os de fora dispensam à região comprova a verdade contida na advertência do Padre Antônio Vieira: "Eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens"! A Amazônia é nossa!

Roberto Gama e Silva – almirante da Marinha do Brasil, na reserva.



Campos do Rio Branco (Roraima): região que sofreu queimadas



O morro dos Seis Lagos, onde aflora material ferruginoso tipo couraça, é uma das áreas amazônicas ameaçadas

MUTAÇÃO RELIGIOSA NO BRASIL — DESAFIOS SOCIOLÓGICOS E TEOLÓGICOS

Leonildo Campos Silveira

As transformações no campo religioso de hoje são rápidas e envolvem todos os aspectos da experiência religiosa. Isso leva à tarefa urgente de perceber as características dessas mudanças e suas conseqüências para a atuação pastoral, em termos de revisão dos paradigmas, dos modelos teóricos e do próprio linguajar. O autor faz-nos repensar a questão de maneira também religiosa.

A função dos intelectuais em momentos de transformações culturais é exatamente a de descobrir os traços que não mudam porque fazem parte da “essência” ou da identidade de seu objeto de estudo. No Brasil, a busca desses traços permanentes se acentuou a partir dos anos de 1930, quando autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Fernando Azevedo e Caio Prado Jr. e outros publicaram textos que teorizavam sobre as “raízes” e as peculiaridades do País e de sua cultura. Entretanto, a preocupação com os contrastes e conflitos, resultantes das mudanças, vinha desde o século anterior e já perturbava a mente de escritores de tradição positivista, como por exemplo Euclides da Cunha, ao se defrontar com a violência e o misticismo nos sertões.

Esse esforço para se entender o Brasil recebeu reforços com a chegada dos intelectuais franceses que vie-

ram para a fundação ou expansão da Universidade de São Paulo. A contribuição deles — entre os vários que poderíamos citar, Levi-Strauss, Bastide e Lambert — foi importante para a elaboração de novos “retratos do Brasil”, porque eles incorporavam em suas análises camadas sociais até então marginalizadas por muitos pesquisadores ligados à Academia, isto é, indígenas, negros, camponeses e pobres, interpretando-os em perspectivas culturalistas, economicistas, estruturalistas ou outras. Seus sucessores, Florestan Fernandes, Antonio Cândido e outros, deram continuidade a tais esforços.

Esses “retratos” rapidamente se tornaram clássicos, a despeito dos condicionamentos ideológicos ou dos compromissos de raça ou de classe social de seus autores, justificando em certos casos o acerto da conhecida expressão de Tom Jobim, “o Brasil não é para principiantes”. Contudo, o importante nesse redescobrimto do Brasil foi a percepção de que só podemos falar de nossa cultura como uma realidade múltipla, que se apresenta de forma extremamente complexa. Graças ao aprofundamento analítico, superamos a fase ingênua e ufanista de Afonso Celso, assim como também a idéia preliminar de que temos apenas “dois brasis”, como escreveu Jacques Lambert. Hoje, até por causa da pós-modernidade, percebemos a existência de vários “brasis” e de ilhas culturais que se sobrepõem, se contrastam e se conflitam, dentro de um mesmo plano.

Daí a feliz expressão de Alfredo Bosi (*Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p.7)

de que “não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz de nossos comportamentos e dos nossos discursos”. Resta-nos concluir, ainda conforme Bosi, que “a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um ‘efeito de sentido’, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço”.

Essa perspectiva nos apresenta uma visão dinâmica e caleidoscópica de culturas e interações humanas ao longo do tempo e do espaço, cenário esse que acolhe, assimila e modifica constantemente as práticas religiosas dos brasileiros. Que caminhos a prática religiosa percorreu em nosso país neste século que ora se finda? que contrastes e conflitos marcam o campo religioso brasileiro? que perspectivas desafiam os analistas do fenômeno religioso entre nós?

DE UMA RELIGIÃO DE MONOPÓLIO PARA UMA RELIGIÃO COMPETITIVA

Na passagem do século XVIII para o século XIX, apesar da Revolução Industrial inglesa, do surgimento dos Estados Unidos da América do Norte, da Revolução Francesa, das guerras napoleônicas e da consolidação do projeto econômico e político da burguesia, no Brasil vivia-se como se nada disso estivesse acontecendo. Até o campo religioso continuava tal como tinha sido desde a sua formação, devidamente monopolizado pela Igreja Católica.

Porém, rapidamente as grandes mudanças que ocorriam no Hemisfério Norte também acabaram por nos atingir, e o século XIX terminou, entre nós, de forma diferente, dadas as

grandes transformações culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e religiosas. Todas essas mudanças incentivaram e acirraram contradições, as quais se aguçaram de tal modo que naquele século aconteceu o fim da escravidão, do sistema monárquico e da hegemonia católica sobre o cenário religioso em nosso país.

Naquela altura o protestantismo de missão e de imigração, o positivismo, a maçonaria, o socialismo e ideologias secularistas já estavam estabelecidos no País. Para complicar ainda mais o quadro religioso, grande parcela da sociedade começou a se inclinar para novas formas de religiosidade, entre elas o kardecismo, o pentecostalismo, as religiões afro-brasileiras, a umbanda, o mormonismo, o adventismo, o russelismo e muitos outros movimentos originados fora ou dentro do Brasil, alguns deles oriundos do Oriente (Índia, China e Japão).

Todas essas mutações se tornaram ainda mais evidentes e dinâmicas na segunda metade do século XX. Por isso chegamos ao final deste século com uma realidade cultural pluralista e competitiva, em que os movimentos e instituições religiosos, para garantir a sobrevivência, adotam técnicas de propaganda e de marketing com a finalidade de estimular e atrair a decisão das pessoas para suas próprias estratégias de expansão e conservação. Nesse contexto surgiram empreendimentos sincréticos, de feições empresariais ou religiosas, nas quais predominam ora religião e comércio, ora fé e negócio, ora misticismo e *marketing*.

Talvez estejamos experimentando o que Peter Berger (*O dossel sagrado*. São Paulo: Paulinas, 1985) chamou de passagem de uma situação de monopólio para a de mercado, estado este em que a questão religiosa depende muito mais da escolha individual do que da herança culturalmente transmitida das gerações anteriores. Por causa disso, as instituições religiosas tentam interferir nos mecanismos individuais de escolha, empregando para tal o rádio e a televisão, se aproximando



Já estão longe os tempos em que as identidades religiosas no Brasil estavam mais ou menos estabelecidas

Estamos vivenciando com mais profundidade o processo de secularização ou está havendo uma revanche (fundamentalismos, pentecostalismos e renovações carismáticas) do sagrado no interior de uma cultura que se pretendia profana e secular?

do dessa forma das estratégias empregadas pelo marketing e propaganda seculares. Em outras palavras, está havendo uma “mercantilização” e uma “marketização” dos bens religiosos, e isso ocorre na medida em que a religião e o serviço religioso se tornaram mercadorias “compradas” no “mercado”, assim como sempre se fez com a magia e o serviço dos mágicos.

Seja como for, temos de admitir que o campo religioso brasileiro está experimentando um processo intenso de mutação. Já estão longe os tempos em que as identidades religiosas estavam mais ou menos delineadas ou estabelecidas. Naqueles tempos, especialmente nas pequenas cidades, havia o templo católico na praça central; a algumas quadras próximas um templo pertencente a alguma das denominações do protestantismo histórico, às vezes ao lado de uma loja maçônica ou de um centro kardecista; e

havia até rumores de que, na saída da cidade, num bairro pobre, algumas pessoas praticavam algum tipo de feitiçaria, quase sempre atribuída aos descendentes de africanos. Mas todos sabiam e previam como se dava e o que se esperava do comportamento religioso dos demais. Naquele contexto, o discurso e a prática ecumênica implicavam muito mais na adoção de regras de convivência pacífica entre os grupos religiosos, geralmente baseadas na tolerância e respeito mútuo, a despeito de algumas escaramuças aqui ou ali.

AS CARACTERÍSTICAS DA RELIGIOSIDADE BRASILEIRA NESTE FINAL DE SÉCULO

À luz dessas mutações, temos de convir que hoje há uma ampla interpenetração entre as cosmovisões e práticas religiosas, tanto nas grandes metrópoles, o que é natural, como também nas pequenas cidades. Ao lado disso, os meios de comunicação de massa (rádio, televisão e cinema) ajudaram a fazer do mundo uma “aldeia global” (McLuhan) ou, para o neoliberalismo, um imenso mercado, num contexto de crescente interligação das economias locais a um sistema econômico mundial.

Para caracterizar esse novo momento temos usado palavras como “globalização” ou “pós-modernidade”. A primeira é, segundo Octávio Ianni, “simultaneamente um fenômeno político, social e econômico”. A segunda tem servido para denotar

aquelas transformações que trazem consigo a “desmontagem” de formas tradicionalmente aceitas no Ocidente para organizar a vida cotidiana e a percepção das pessoas. Portanto, ambos os termos têm profundas implicações para a análise do campo religioso, quer sejam com finalidades pastorais ou acadêmicas.

Por isso mesmo não podemos negar que os reflexos dessas transformações macros incidem diretamente sobre a cultura local, afetando com muita intensidade o campo religioso, o qual, desde há muito sabemos, não se estrutura no vazio e sim no bojo de todas as atividades históricas e econômicas dos seres humanos. Aqui ancoramos as perguntas básicas que conduzem estas reflexões: Como pensar o fenômeno religioso a partir dessas grandes mudanças que estão ocorrendo? Estamos vivenciando com mais profundidade o processo de secularização ou está havendo uma revanche (fundamentalismos, pentecostais e renovações carismáticas) do sagrado no interior de uma cultura que se pretendia profana e secular?

AS CARACTERÍSTICAS DA RELIGIOSIDADE BRASILEIRA NESTE CONTEXTO DE MUTAÇÕES

Já que as mutações no campo religioso de hoje são mais rápidas e envolvem todos os aspectos da experiência religiosa, somos levados a esboçar algumas das características e consequências dessas mudanças para a atuação pastoral ou para o trabalho de pesquisa.

Primeiro reconhecemos que a convivência forçada entre tradições, linguagens e práticas religiosas distintas, no caso brasileiro, em vez de estimular o movimento ecumênico, a aproximação entre os grupos, acirrou ainda mais as separações, provocando até, em alguns casos, “guerras religiosas”. É perceptível que o campo religioso se tornou, neste final de século, para uns um “mercado concorrencial” e para outros um “campo de batalha”.

Isso significa que o espaço para a convivência ecumênica, para o compartilhamento de experiências religiosas se encolheu drasticamente, pois cada grupo religioso, denominação ou seita busca apenas supervalorizar os próprios resultados (número de seguidores, arrecadação financeira e representatividade política) e ampliar a visibilidade social, por meio da dominação da mídia.

Por sua vez, essas tendências se tornaram estratégias politicamente trabalhadas por novos empreendimentos religiosos, entre eles a Igreja Universal do Reino de Deus. Todavia, trata-se de grupos “guerreiros”, agilmente administrados, cujo sucesso de comunicação se deve, a nosso ver, ao fato de trabalharem dentro de matrizes herdadas da religiosidade popular brasileira, que muitas vezes fluam entre balizas referenciais colocadas pelos pesquisadores — religião e magia.

Por outro lado, essa proximidade entre cosmovisões — de inspirações mágicas e primitivas — gera exatamente a necessidade da diferenciação, da qual a “guerra santa” é apenas a sua face externa. Porque são próximos, porque bebem nas mesmas fontes e usam simbologias semelhantes, tais instituições e movimentos precisam marcar as diferentes identidades, e fazem isso por meio do cultivo da hostilidade e da desconfiança recíprocas. Historicamente, os combates mais renhidos são entre iguais e semelhantes e não entre desiguais. Daí a luta entre protestantes históricos e pentecostais, entre estes e neopentecostais, entre pentecostais e religiões kardecistas e afro-brasileiras.

Por isso mesmo, nessa luta que se estabeleceu entre movimentos religiosos brasileiros, os demônios, os anjos, os orixás e o próprio Espírito Santo (um poder nem sempre pessoal, mas difuso) se tornam parceiros e armas de guerra nessa “batalha espiritual”. Dessa forma o fiel, vítima do processo de fragmentação das visões de mundo na pós-modernidade, rece-

be uma nova visão, aparentemente unificadora do mundo. Assim, para ele, a complexidade do mundo é reduzida e nele a vida recobra sentido, cuja finalidade é reafirmada em cada cena de exorcismo na qual o inimigo (o diabo) está sendo derrotado.

A NECESSIDADE DE REPENSAR E REAVALIAR OS PARADIGMAS E OS MODELOS TEÓRICOS

Essas são algumas das características ou tendências da religião, institucionalizada ou não, ante o dinamismo das novas religiosidades, em nosso país, neste final de século. Vivemos o conflito entre a modernização secularizante e o recrudescimento dessas novas formas de religiosidade, muitas delas avessas às instituições eclesiais tradicionais.

Porém, há poucos indícios no horizonte de que tal situação irá ser superada rapidamente. Por outro lado, a profundidade dessas mutações colocou em xeque muitos de nossos conceitos, paradigmas e modelos teóricos que têm sido empregados para se falar a respeito desse fenômeno religioso, que se espalhou para muito além das instituições tradicionalmente gerenciadoras do sagrado.

Daí ser importante reconhecermos que a confusão também se instalou em nossos discursos sobre o fenômeno religioso, além de já se fazer presente na própria prática da religiosidade. Neste sentido, torna-se urgente repensar e reavaliar os paradigmas, modelos teóricos, retórica e linguagem sobre o campo religioso brasileiro, porque geralmente as mutações intensas atingem espetacularmente as próprias bases do discurso sobre os objetos em mutação, isso para não se dizer que afetam até a percepção de como tais mudanças ocorrem. Mais uma vez é válida, também para o fenômeno religioso, a expressão: “Decifra-me ou devoro-te”

Leonildo Campos Silveira – doutor em Ciências da Religião e professor da Universidade Metodista do Estado de São Paulo.

VIA SACRA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: CRISE, DESMONTE E RECRIAÇÃO

Maria Margarida Martins Salomão

O Brasil em preto e branco, dos contrastes e contradições, tem na educação um de seus maiores exemplos. TEMPO E PRESENÇA continua a reflexão iniciada no número anterior, desta vez sob a ótica do quadro caótico que o governo pré-eleitoral insiste em esconder.

A crise das universidades federais tem como expressão mais viva a briga com o Ministério da Educação; como sintoma, a greve que se arrastou por mais de três meses e que ganhou maior dramaticidade em função do faquirismo praticado por dezesseis colegas — que supunham, por esse exercício de autoflagelação, representar o suplício imposto às universidades pelo governo mais “universitário” da história da República Brasileira.

Na verdade, parece inusitado que um presidente da República, que legitimou sua identidade política a partir da identidade acadêmica, mais um ministro da Educação, ex-reitor de universidade pública e ex-militante do movimento docente, justifiquem seu antagonismo às universidades desqualificando-as como “perdulárias”, “alienadas”, “ineficientes” e “improdutivas”. Como eu disse, parece inusitado; visto da ponte, entretanto, o panorama torna-se mais compreensível.

Introduzida tardiamente na sociedade brasileira — com a vinda da cor-

te portuguesa no início do século passado —, a educação superior vinculou-se, desde a origem, ao objetivo estreitamente pragmático de formação de quadros profissionais, seja com finalidades ornamentais, seja para o exercício das funções do governo. Daí a proliferação de escolas isoladas, sem nenhuma pretensão universitária propriamente dita.

No princípio deste século, começam a nascer as universidades: a Universidade do Brasil, em 1922, congregando várias faculdades isoladas do Rio de Janeiro, para o propósito cerimonial de oferecer um título honorífico ao rei da Bélgica, então em visita aos trópicos; a Universidade de São Paulo, fundada em 1934 com a importação de intelectuais de nomeada, provindos especialmente da França, com o objetivo de oferecer aos filhos da elite paulista uma versão domiciliar da educação do Primeiro Mundo. Em todos esses empreendimentos, registre-se a escassez de densidade social da população a que servem, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Como bem diz Roberto Schwarz — que desenvolve esses reparos no decorrer de sua bela leitura de “Dom Casmurro” no livro *Duas Meninas* (Companhia das Letras, 1997) —, esse vazo colonialista, que enforma as iniciativas educacionais do Império e da Primeira República, “não representa uma contribuição a mais para a civilização do País, e, sim, ousadamente, a cobertura cultural da opressão da classe”.

A brutal modificação de perfil socioeconômico da população brasileira pela metade do século XX leva, jus-

tificadamente, esse modelo a explodir. As pressões da urbanização (a grande “marcha dos povos” do campo para a cidade, operada entre 1950 e 1970), mais as alterações sobre a atividade econômica (o setor primário da economia murcha de 60% para 30% em sua oferta de ocupação entre 1950 e 1980, enquanto o setor terciário se expande de 26% para 46% no mesmo período), desencadearam, nos idos de 1960, uma forte pressão política em favor da “reforma universitária”, finalmente imposta em 1968, a ferro e a fogo, em plena aurora do regime militar, com absoluta supressão da crítica e da possibilidade de expressão de antagonismos.

O atual rosto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é, então, desenhado dentro do projeto militar de construção de um “Brasil grande”, fortemente autárquico e com aspirações a potência mundial. Datam daí a implantação dos *campi*, o forte investimento em pesquisa básica e pós-graduação, a importação (a meias) do modelo americano da *research university*, organizada em centros e departamentos (em vez de uma federação de faculdades), e a estruturação dos cursos pelo sistema de créditos. É óbvio que essa intervenção “pelo alto” gerou resultados heterogêneos: entre os aspectos negativos, talvez o mais preocupante tenha sido o reforço ao monadismo das universidades (a perigosa tendência a se auto-referirem e dialogarem no espelho), caracteristicamente expresso no plano interno pela prática de fragmentação acadêmica e pela burocratização das atividades científicas.

Por outro lado, as IFES também constituem, em conjunto com as universidades estaduais paulistas, o parque nacional de ciência e tecnologia — que exhibe promissores sinais de vitalidade quando se observa, por exemplo, que a produção brasileira veiculada em publicações internacionais triplicou nos últimos quinze anos (dados do estudo encomendado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia). Esse índice excede em 60% a média mundial de crescimento e coloca o Brasil na liderança da América Latina, embora em posição desvantajosa perante outras nações “emergentes”, como Índia e Coréia, que fizeram um esforço de atualização e equipamento anos atrás.

Em contraposição a esse brilhante desempenho expansivo — ainda mais auspicioso, quando se considera que o número de doutores atuando no País duplicou de 1990 a 1995 — há pelo menos duas fronteiras a serem trabalhadas imediatamente. A primeira é a que exige melhor articulação com o setor produtivo, em vista das mudanças processadas no mercado mundial nessa fase de evolução capitalista. A segunda, tão urgente quanto a primei-

ra, refere-se à atenção à educação científica e à difusão nacional da Ciência e Tecnologia.

As universidades federais, que tomaram sua presente feição por força de políticas praticadas pelo regime militar, garantem hoje à sociedade alguns benefícios imprescindíveis: formação de massa crítica na área de Ciência e Tecnologia, inserção do País no sistema científico mundial e produção de conhecimento estratégico para tomada de decisões quanto aos rumos do desenvolvimento nacional. Apesar disso, a participação restrita das IFES no universo global da oferta de vagas de graduação (cerca de 400 mil num total de 1.800 mil), mais sua insuficiente participação nas esferas críticas de produção econômica e prestação de serviços sociais,

Defender a universidade tal como existe, sem repensá-la profundamente, é abrir mão de um inestimável potencial de transformação

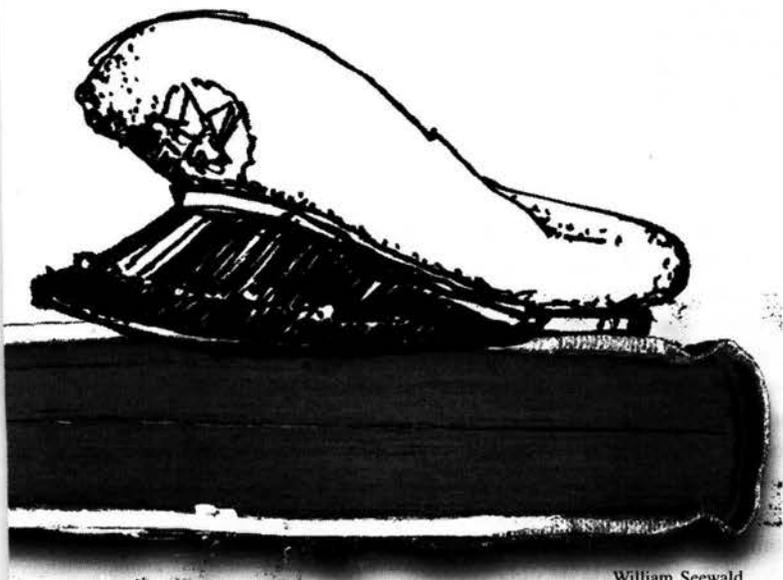
levam a uma insulação relativa das universidades perante os setores mais dinâmicos da sociedade.

O RISCO DO DESMONTE

A ofensiva do Ministério contra as universidades federais toma como pretexto duas fragilidades aparentemente irretorquíveis: a alegada rarefação da base social da população servida pelas IFES; e a fraca vinculação que estas demonstrariam com o sistema produtivo e com a pauta social mais emergente. O discurso relativo ao custo-aluno (a suposta abundância de professores por alunos nas universidades públicas brasileiras em contraposição às faculdades particulares) e o esforço publicitário investido no Programa Universidade Solidária evidenciam o mencionado propósito de desgaste.

Entretanto, procede de outra quadra a motivação real de ofensiva: o que está na raiz do conflito Ministério-IFES é o financiamento público da educação superior no Brasil. Uma convergência de fatores elucida o perfil atual desse embate. De um lado, há fatores estruturais: a expansão das necessidades de financiamento do sistema universitário federal ocorre precisamente na década de 1980, em plena “crise da dívida externa”, quando se verifica uma retração geral de investimentos públicos em comparação com a década anterior. Soma-se a isso a bem-vinda distensão da via política, operada na mesma época e que produz uma explosão de demandas, até então reprimidas, sobre recursos públicos relativamente mais escassos.

A Constituição Cidadã de 1988 lavra lapidariamente o crescimento geométrico dessas reivindicações e o correlato comprometimento do Estado com o atendimento delas. Assim é que, no início dos anos de 1990, inaugurados sob a égide da ideologia liberal-globalizante (que mescla a cantilena da internacionalização com o dogma da progressiva desincumbência do Estado), a situação das universidades federais já é particularmente



William Seewald

difícil. A presente gestão presidencial, cujo mote (edipiano) é a liquidação do Estado “getulista”, deliberou tratar essas dificuldades segundo o receituário do Banco Mundial.

Dentro desse modelo, que confronta diretamente as recomendações da Unesco, de 1995 (contidas no documento “Mudança e Desenvolvimento da Universidade na América Latina”), o investimento público em educação deve privilegiar o ensino fundamental e o ensino médio e, progressivamente, desonerar-se da sustentação das universidades. O argumento em favor dessa tese ressalta o peso do insumo “escolarização da força de trabalho” no composto denominado Custo Brasil (agregado de motivações no campo econômico para explicar deficiências de produtividade e dificuldades na atração de investimentos). Segundo os adeptos dessa convicção, o elitismo prevalente na formulação de nossas políticas públicas teria preferido destinar recursos a um caro sistema universitário gratuito, usufruído precisamente pela população socialmente mais beneficiada, em detrimento da universalização e do melhoramento da educação básica de massas.

HORIZONTES DE RECRIAÇÃO

A Universidade no Brasil (e, de resto, na América Latina) é um empreendimento da iniciativa de setores que, do ponto de vista social e político, sempre cultivaram uma visão excludente. Defender a universidade tal como existe, sem repensá-la profundamente, é abrir mão de um inestimável potencial de transformação. É de se lamentar que grupos políticos do campo democrático deixem-se cegar pelo presente embate com o governo e percam a oportunidade de reivindicar uma reforma radical da Universidade.

Tendo a sociedade como horizonte, pode-se conceber em dois eixos a missão da universidade pública no Brasil. Em primeiro lugar, promover a democratização da universidade pela formação de contra-elites, que

Recriar no Brasil a universidade pública implica em entregá-la a quem ela pertence: ao povo deste país



possam variar socialmente os quadros dirigentes deste país. Para que esse objetivo se cumpra, é necessário que a universidade pública se disponha a ser uma universidade de massas. Em segundo lugar, é imperativo que a Universidade fomente a formulação de soluções tecnológicas e sociopolíticas para uma nação que emerge sob o jugo do capitalismo tardio, agora explicitamente internalizado. Reforçar os vínculos com a sociedade é o nome desse jogo.

Para que a universidade se massifique, é crítico que ela reveja os critérios de ingresso na graduação, amplie as vagas e o cardápio de cursos e serviços, funcione nos horários (à noite!) a que possam ter acesso os trabalhadores. Além disso, deve operar como centro de formação continuada, prevalecendo-se dos avanços na tecnologia de informação para irradiar educação à distância e estender os benefícios a fronteiras que hoje a universidade identifica mas não aflora.

Como essa atuação deve ser significativa, sua definição deve ocorrer em fóruns conjuntos com a sociedade, articulando órgãos de governo e organizações não-governamentais (sindicatos, associação de classe, federações de indústrias, empresas e representações comunitárias). Desse modo será aumentada nossa rede de interlocuções, permitindo não apenas o indispensável diálogo com os setores industriais e de serviços mas a relevante contribuição acadêmica na elevação global de qualidade de vida — com intervenção nas áreas de gestão

pública, saúde e educação (médica e fundamental).

A expansão das universidades federais, requerida para a desincumbência dessa missão, requer uma vigorosa reformatação institucional, que, do ponto de vista administrativo, facilita o ingresso de recursos extra-orçamentários e flexibiliza a sua gestão, e, do ponto de vista acadêmico, determina uma reorganização da universidade, quebrando barreiras disciplinares e departamentais e convocando audazmente à criação.

Pelo menos três eixos devem estruturar esse processo: (a) a desconstrução dos cursos como grades curriculares e sua reconceitualização como projetos, que possam desde logo aproximar o estudante, recém-ingressado na universidade, do pesquisador experiente; (b) o fomento específico da pesquisa aplicada e da geração de patentes; e (c) a vinculação das universidades às grandes rodas de cooperação internacional.

Para produzir essa reformatação, o advento da autonomia plena é requisito essencial, vinculado, evidentemente, à responsabilização financeira do Estado pela manutenção das universidades, dentro de limites pactuados. Por outro lado, o reclamo da autonomia só será social e politicamente conseqüente se as IFES se decidirem a aderir à prática sistemática da avaliação externa, assim dispondo-se a prestar contas de sua atuação tanto ao governo como à sociedade.

Desse modo conseguiremos atender ao conceito de pertinência difundido pela Unesco para qualificar a relação que deve unir as universidades públicas e as sociedades que as sustentam. Talvez seja de bom alvitre lembrar que “pertinência” repercute etimologicamente “pertencer”. Recriar no Brasil a universidade pública implica em entregá-la a quem ela pertence: ao povo deste país.

Maria Margarida Martins Salomão — doutora em Letras e professora da Universidade Federal de Juiz de Fora.

TEMPO E PRESENÇA: UMA REVISTA A SERVIÇO DA UTOPIA ECUMÊNICA

Magali do Nascimento Cunha e Zwinglio Mota Dias

Qualquer estudioso atento da história do movimento ecumênico no Brasil não poderá deixar de notar o papel singular e específico desempenhado pela revista **TEMPO E PRESENÇA** em seus vinte anos de existência. Sucessora do *Boletim CEI*, a revista nasceu não apenas para dar continuidade ao trabalho de formação/informação veiculado por aquele, como para ampliar e aprofundar a reflexão sobre o conjunto de temáticas geradas pela prática ecumênica das igrejas e de um grande número de entidades de assessoria, de documentação, de educação formal e não-formal, de prestação de serviços e de estudos especializados que, até hoje, alimentam os diferentes programas pastorais delas, assim como de entidades de classe e de organizações de trabalhadores. Por isso, neste bimestre de julho/agosto de 1998, quando **TEMPO E PRESENÇA** alcança a marca de trezentas edições, a revista quer celebrar com os leitores a própria memória, a razão de ser de sua identidade e existência, que delineia sua expectativa e esperança no futuro



As raízes de **TEMPO E PRESENÇA** estão muito além do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e do ano de 1979, quando a primeira edição foi publicada. Na verdade, para se compreenderem as origens da publicação, que já marcou a história do movimento ecumênico no Brasil, é preciso retroceder aos primeiros anos deste século, a partir de um grupo de protestantes inconformados com a história de cismas e divisões entre os cristãos, influenciados pelos movimentos promotores de unidade e parceria entre as igrejas que brotavam no mundo desde o século XIX.

RAÍZES PROFUNDAS

Esses movimentos — gênese do ecumenismo — eram resultado da consciência do prejuízo que representava o divisionismo protestante, interpretado por alguns grupos como verdadeiro “escândalo” para a propagação da fé. Os movimentos pela unidade pregavam a cooperação entre protestantes e foram responsáveis pela articulação de diversos grupos no Brasil,

o que sem dúvida resultou na instituição de um novo modo de ser que dava sinais de uma presença mais significativa na vida do País. A memória desse período destaca nomes como Eduardo Carlos Pereira, Erasmo Braga e Epaminondas Mello do Amaral, e também da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), associação das principais igrejas do protestantismo nacional (Congregacional, Presbiteriana, Presbiteriana Independente, Metodista, Episcopal e de Confissão Luterana) criada em 1934, com marcante inserção na vida do País até 1964.

O jeito de ser protestante no Brasil, caracterizado pelo anticatolicismo, pelo sectarismo e pela separação mundo e igreja, ainda que consolidado, não foi capaz de impedir que, finalmente, se estabelecesse um movimento ecumênico no Brasil, orientado, em especial, pelos ideais de unidade e responsabilidade sociopolítica dos cristãos.

O processo de inserção desse novo jeito de ser e de interpretar a fé, foi, além disso, liderado por clérigos e leigos, líderes ou, muitas vezes, membros das bases eclesiais, jovens e adultos, e possibilitou a formação de movimentos que passaram a desafiar, por suas mudanças, o isolamento das igrejas. O ápice deu-se nos anos de 1950 e 60, mas foi interrompido pela reação conservadora das cúpulas, reforçadas pelo panorama repressivo que, desde o golpe militar de 1964, se desencadeou na vida do País.

Reassumindo o controle dos espaços eclesiais, os grupos dirigentes promoveram o silenciamento e o

esquecimento daquelas experiências e geraram, assim, uma crise no protestantismo brasileiro, que, em consequência dos muitos expurgos e perseguições realizados (aos departamentos da Confederação Evangélica do Brasil, a professores e alunos dos seminários teológicos, às organizações de juventude), acabou por resultar em novas cisões, em prisões e exílios.

CEI: UMA EXPERIÊNCIA DE CONTRA-INFORMAÇÃO

Entre as muitas lideranças do protestantismo silenciadas pela censura nos anos de 1960, algumas se organizaram em grupos que procuravam instituir formas coletivas de sobrevivência diante da repressão (interna e externa às igrejas) e abertura de espaços que garantissem ainda a difusão e a visibilidade das experiências vivenciadas, agora fadadas à clandestinidade.

A busca de novos espaços, fruto dos movimentos de resistência, gerou uma atuação que foi, inicialmente, semi-clandestina. Uma dessas experiências foi o Centro Evangélico de Informação (CEI), posteriormente Centro Ecumênico de Informação, que atuou no período de 1964 a 1975, reunindo ex-lideranças da CEB, pastores e leigos, teólogos e estudantes, jovens e adultos que haviam respondido positivamente à possibilidade de transformações no modo de ser protestante no Brasil. O CEI representou um exercício de contrapoder por meio da prática de contra-informação, aliada à estratégia de articulação daqueles "que não haviam perdido a esperança".

A memória do protestantismo no Brasil de 1964 a 1975, do ponto de vista das lideranças vinculadas ao CEI, pode ser considerada clandestina e subversiva. Tal memória, no entanto, ganhou visibilidade e institucionalidade por meio da publicação do *Boletim CEI*, que levava a cabo o compromisso de manter vivos os ideais de unidade e de responsabilidade sociopolítica dos cristãos, ainda que em meio a um contexto desfavorável.

Inicialmente, o *CEI* atuava por



TEMAS DE CAPA DE TEMPO E PRESENÇA

1979

Greves... e há mais do que isto
Questão agrária, movimento sindical e igreja

Populações indígenas: aquelas que devem viver

Paulo Freire: educação é prática da liberdade

A greve dos metalúrgicos de São Paulo

Termina o ano da criança. E daí?

1980

Evangelização e compromisso popular

Os homens do campo.
Trabalhadores e migrações no Brasil
Evangélicos e os problemas do povo

O papa entre nós

Saúde (doença) do povo

O povo sabe das coisas. Reflexões em torno da cultura popular

A palavra se fez carne

meio de notas informativas sobre acontecimentos das igrejas, do movimento ecumênico e do mundo. O aprofundamento da informação, por meio de conteúdo formador (de "CEI Suplemento", de "Bíblia Hoje", do *Suplemento CEI* e dos livros da editora fundada anos depois e batizada como *Tempo e Presença*), capitalizou o apoio e a receptividade de indivíduos e de grupos, protestantes e católicos, em todo o País, conferindo maior consistência e visibilidade àquela memória.

Foi, finalmente, esse processo que tornou possível a instituição das ex-

1981

O povo pede passagem
O fermento da massa

Qual o futuro dos povos indígenas no Brasil

Operário em construção

A igreja do protesto

Nicarágua, Guatemala, El Salvador!

A aventura de um Deus apaixonado

1982

Quilombolas

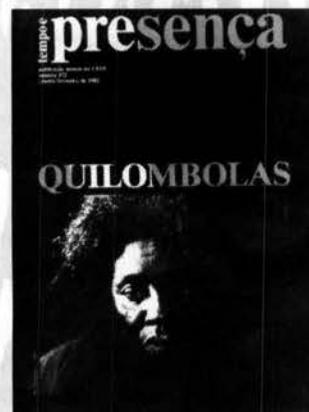
A vida ameaçada

A vida vence a morte

Eleições em pacotes

Metodistas: construindo um caminho

Natal: fome de Deus, fome do homem



periências ecumênicas que tendiam a perecer e que passaram a ganhar novo sentido — um ecumenismo para além das fronteiras eclesiais, na interseção da Igreja com a sociedade. No ano de 1974, o CEI, que já vivia um processo de institucionalização, transformou-se no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), aglutinando grupos vinculados às igrejas, ao mundo acadêmico e aos movimentos sociais para dar continuidade ao processo.

TEMPO E PRESENÇA:

O BOLETIM CEI N. 159

O CEI, como organização autônoma, juridicamente sob o patrocínio da Editora Tempo e Presença, foi encerrado em maio de 1975, quando o li-

1983

América Latina: "A vida dilacerada dos povos"

A crise e os trabalhadores

A caminhada das CEBs

Jesus Cristo a vida do mundo

Cantores do brão (entre várias chamadas)

Nicarágua quatro anos depois

CUT: Falam os trabalhadores

VI Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas

Natal: sinais de esperança

1984

Morreu, mataram Marçal de Souza (entre várias chamadas)

Diretas já!

Igrejas, sindicatos, universidades e as eleições diretas

10 anos de CEDI

A Teologia da Libertação no Tribunal do Santo Ofício

Igrejas e meios de comunicação

Educação Popular



1985

A Batalha da Informática

Juventude

A punição de Boff

No campo e na cidade

Reforma agrária contra a fome

Racismo e opressão

Vaticano II e o Sínodo da Reforma

Trabalhadores

Os novos ministérios da mulher

1986

1986: o que será amanhã?

Paz e Justiça

1º de Maio: cem anos de luta

A questão do menor

Novos jeitos de ser igreja

Dívida externa: quem está pagando por isso?

Terra é mais que um pedaço de chão

Direitos indígenas na Constituinte/
CUT a caminho da definição/CEBs:
reafirmando compromissos

Doenças da nossa saúde

Mulheres: na construção de uma
nova sociedade

Caminhos da vida

(junho), a numeração 151, que significava a seqüência do último *CEI* publicado (150, maio de 1979). O editorial daquele primeiro exemplar teve o título "O boletim do *CEI* virou Tempo e Presença" e dizia:

"(...) Você tem em suas mãos o nosso novo boletim do *CEI*: Tempo e Presença. (...) Quatorze anos de *CEI* e renascemos. E contamos com vocês para que juntos, sejamos Presença de comunhão, denúncia e esperança com os pobres e oprimidos deste nosso Tempo: criados 'à imagem e semelhança com Deus' (Gen. 1,26). (...)"

1987

Desafio à esperança

Criança: um tema permanente

Ecologia: a luta pela vida

Construtores de uma nova cultura

Questão agrária: o que realmente mudou?

Luta operária: desafios e perspectivas

Justiça, paz e integridade da criação/
Militares e democracia/Ofensiva das
mineradoras sobre as terras
indígenas

70 anos de Socialismo

A difícil vida na cidade

Teimosia da Esperança

1988

Luta dos negros: compromisso de todos

Movimento popular/O desafio da comunicação

Cotidiano. A construção da esperança

Destruição do meio ambiente: o custo do desenvolvimento?

Campo: os desafios da organização

Movimento operário: memória, identidade e dilemas

Vinte anos de 68: realidade e utopia

Democracia: uma questão fundamental

Ecumenismo: tempo de esperança

Dívida externa/Meio ambiente/Povos indígenas

Direitos humanos: a luta dos povos

vro-caixa foi fechado e o saldo restante passado para o CEDI. Ao longo dos quase dez anos, o *CEI* obteve apoio financeiro internacional do Comitê *ad hoc*, de Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos e da Igreja Unida do Canadá. Entretanto, o suporte maior foi dado pelas assinaturas dos leitores e pelas contribuições individuais de mantenedores.

O *Boletim CEI*, com os encartes (Documento e "Bíblia Hoje") e o *CEI Suplemento* continuaram a ser publicados pelo CEDI, contudo o expediente manteve-se como na última versão já descrita, iniciada no exemplar número 68 (julho de 1972). O encerramento do boletim, encartes e suplemento deu-se em 1979, com a criação da revista *TEMPO E PRESENÇA*, que teve a primeira edição veiculada em junho daquele ano. A idéia era de ampliar o trabalho e não de encerrá-lo. A capa do primeiro exemplar de *TEMPO E PRESENÇA* tinha impressa, ao lado do registro do mês

O expediente da primeira *TEMPO E PRESENÇA* trazia os nomes de Domício Pereira de Mattos (diretor), Paulo César Botas (redator responsável) e Beatriz Araújo Martins, Celina Costa Ribeiro, Claudio Araújo Nascimento, Claudius Ceccon, Jether Pereira Ramalho, Maria da Graça Floriano, Marlene Campante, Virgílio Lorencetti Júnior (integrantes da equipe de redação). A capa tinha como chamada principal "Greves... e há mais do que isso", e o interior, além dos artigos, seções fixas "Aconteceu" (com as notas no estilo do *CEI*), "Bíblia Hoje", "Vale a pena ler", "Falaram..." (com frases de lideranças diversas) e Última Página (com reflexões no estilo do *CEI*).

O editorial do *CEI* número 100

1989

Educação na virada dos anos oitenta
Campo: a vida ameaçada
Juventude: comportamento, religião e trabalho
A crise econômica: a lógica da mentira
América Latina: nossa pátria comum
Estado e Terra
Amazônia
Violência
Novo sindicalismo: ampliando fronteiras
Mulheres

1990

Balço dos anos 80
Saber científico e movimentos populares
Ano internacional da alfabetização
O Socialismo morreu?
Pastoral: um debate ecumênico
Eleições 90: o jogo político brasileiro

(março de 1975), em pleno processo de institucionalização, quando o CEDI já existia, registrou uma avaliação do que representava a trajetória de quase dez anos de contra-informação ecumênica:

"(...) Embora curtos, nossos editoriais têm marcado a linha de nossas publicações: sempre do lado da liberdade, a temática que move e motiva o mundo de hoje. O ecumenismo que nos envolve não é litúrgico, festivo, de semana de orações, mas de concepção teológica dos problemas do mundo. Estamos do lado do homem sofredor, do lado da justiça para o pobre, para o oprimido. Achamos que o Cristianismo precisa estar unido e identificado nesta tarefa de libertação. (...)

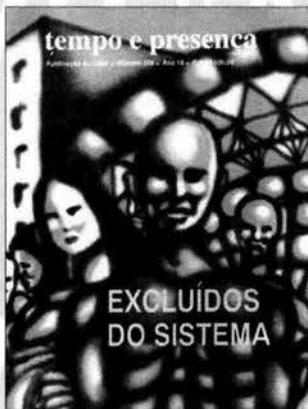
"Não podemos deixar de nos esquecer, ao elaborar este número 100 do *CEI*, dos companheiros que nos ajudaram a criá-lo. Éramos quinze. Nós nos sentíamos esmagados por uma estrutura eclesiástica ávida de poder, opressora, contrária à liberdade de consciência. Começamos por elaborar 'cartas ao povo de Deus', que foi tomando forma e transformou-se no *CEI*. A estrutura eclesiástica cres-

1991

Cidades
Mulheres: direitos reprodutivos e desejo
Questão agrária: diversidade e abrangência
Meninas e Meninos
Sindicalismo hoje: novos desafios
Brasil: falta saúde

1992

Meio Ambiente
Juventude
Ética
Idosos: dignidade, cidadania, utopia
Encontro da terra: diversidade e confrontos
O direito de comer



ceu, dominou e eliminou muita gente do seu rol... Nós também crescemos e recebemos novos companheiros, novos recursos, novas tarefas. Já não estamos mais preocupados com estruturas de poder eclesiástico, nem com a crise protestante. Somos hoje equipe ecumênica de pastores, padres e leigos cristãos, que não põe limites estruturais à Igreja de Jesus Cristo. (...) Por isso vamos prosseguir!(...)"

A atuação do *CEI* possibilitou a criação de vários grupos ecumênicos de diferentes ênfases e atuações, presentes no País até os dias de hoje. O CEDI e as demais entidades decorrentes do período anterior, tornam-se, pois, herdeiros da memória do *CEI*, mantendo vivas as lembranças por meio do vínculo (pertencimento) ao fundamento que lhes é comum.

1993

Moradia e Cidadania
Excluídos do Sistema
Comunicação: sedução e poder
Revisão constitucional: povos indígenas
Cultura e Ecumenismo
Educação e Movimentos Populares

1994

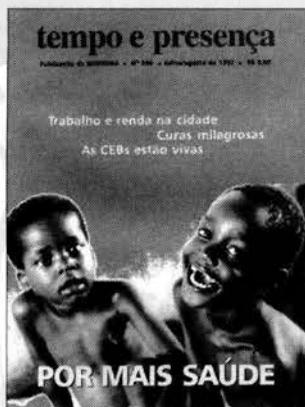
População brasileira: cara nova
Elites dominantes no Brasil
Da arte, da festa, da mística
Crise de paradigmas
Conflitos e impasses do nosso tempo
Transformações no Brasil: presença do CEDI

ESPAÇO PLURAL PARA DEBATE

Assim como o boletim *CEI* foi a expressão concreta e visível do Centro Ecumênico de Informação, a revista *TEMPO E PRESENÇA* foi a marca do CEDI e, desaparecendo este, ela se atualiza como a expressão do compromisso de vida e trabalho de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Até aqui *TEMPO E PRESENÇA* tem procurado ser expressão dos principais compromissos ecumênicos articulados institucionalmente pelas igrejas por intermédio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). A variedade de temas tratados em suas páginas procura refletir o conjunto de iniciativas ecumênicas das mais diversificadas índoles que, nestas duas décadas de existência, caracterizaram a dinâmica do movimento ecumênico em nosso país, na América Latina e no interior do CMI.

O caráter antiecumênico de grande parte das igrejas protestantes brasileiras e a entrada tardia do Catolicismo romano nos círculos que cultivam a tolerância e a cooperação intereclesiástica com vistas à unidade da Igreja de Cristo tornaram a vivência e a expressão do ecumenismo uma experiência árdua e difícil, embora gratificante e significativa para os setores eclesiásticos nela envolvidos. Nesse contexto a prática desenvolvi-



1995

Brasil: a alternativa escolhida
Da sedução, do carisma, do silêncio
Massa e Mídia
Fios de um tecido em construção
Sonhos e utopias: Trabalhismo, Socialismo, Tenentismo, Anarquismo, Contestado, Canudos, Quilombos
Ajustes e desajustes: efeitos do neoliberalismo no Cone Sul

1996

Brasil: discurso e vida
Imagens do tempo
Poder local: espaço para cidadania
Recessão e desemprego: faces da exclusão
Salvação e culturas: uma abordagem ecumênica
Justiça, cidadania, democracia: o poder judiciário em questão

da num passado recente pelo CEDI e continuada por KOINONIA tem procurado expressar a tríplice dimensão do paradigma ecumênico proposto e operacionalizado até aqui pelo CMI. A primeira consubstancia-se na busca da unidade entre os cristãos comprometidos com a implantação dos sinais do Reino de Deus; esta, por sua vez, não pode acontecer divorciada da segunda dimensão, qual seja, o serviço ao próximo que, nas condições da América Latina, e do Brasil em particular, significa envolvimento, em termos de apoio e participação, nos movimentos sociais e populares entendidos como o legítimo sujeito das transformações sociais requeridas para a implantação da justiça no Continente.

1997

Brasil: um real jogo de cena
Arte: mistério e liberdade
Educação e cidadania
Por mais saúde
Ética: compromisso com a vida
... E a tempestade chegou no Brasil

1998

Brasil: construindo alternativas
Da transição cultural: realidades e virtualidades
Universidade: reprovada ou em recuperação?

A terceira dimensão seria a reivindicação de uma atitude de abertura e receptividade fraterna para com as religiões não-cristãs, principalmente aquelas enraizadas na cultura popular da América Latina, como são as expressões da religiosidade indígena e das manifestações dos cultos afro-ameríndios e afro-brasileiros. Por meio de suas variadas seções, TEMPO E PRESENÇA procurou ser uma plataforma para acolhida, divulgação e debate de tudo aquilo que, em termos desta concepção tridimensional do movimento ecumênico, contribuisse para a consolidação e o fortalecimento da postura ecumênica entre nós.

UMA PUBLICAÇÃO SINGULAR

Como uma revista declaradamente comprometida com o movimento ecumênico, desvinculada institucionalmente das igrejas, embora com elas envolvida, tornou-se única em seu gênero, permitindo a circulação de idéias e propostas livres de quaisquer formas de censuras institucionais. Por outro lado, TEMPO E PRESENÇA caracterizou-se também como uma revista a serviço do movimento das ONGs no Brasil. Essas entidades, alternativas em relação às formas oficiais das organizações sociais existentes no País, desempenharam nas últimas três décadas — e continuam desempenhando — papel significativo na organização da sociedade civil brasileira, ao procurar articular uma nova

proposta de organização social a partir da perspectiva da maioria da população marginalizada e excluída econômica e socialmente. Como portavoza de uma das mais antigas entidades ecumênicas de serviço do País, ou seja, uma Organização Não-Governamental marcada por uma especificidade ecumênica indisfarçável, a Revista sempre se autocompreendeu como aliada e divulgadora de todos os esforços tendentes à democratização da sociedade brasileira.

Ao publicar o exemplar n. 300 de TEMPO E PRESENÇA, em meio a dificuldades de toda ordem, KOINONIA deseja reafirmar seu compromisso ecumênico na manutenção e na ampliação da Revista, ciente de suas limitações e falhas mas convencida de sua singularidade no espectro socio-cultural e eclesial da realidade brasileira. Os tempos são outros e a eferescência religiosa que hoje se experimenta não se mostra alentadora para projetos dessa natureza. Novos desafios se apresentam para a proposta ecumênica. Mais que nunca, as novas formas de religiosidade apontam para o diálogo inter-religioso como uma dimensão inescapável para o movimento ecumênico que, no entanto, não pode levá-lo a menoscar as dimensões ainda não realizadas da unidade cristã.

TEMPO E PRESENÇA continua como uma plataforma aberta, atenta ao desenrolar da luta pelo sentido humano da vida e sempre pronta a divulgar todas aquelas manifestações que concorrem para a consolidação da *oikoumene* autêntica, aquela livre do dogmatismo, da intolerância e dos preconceitos que impedem a livre manifestação da vida para a qual aponta o Evangelho.

Magali do Nascimento Cunha – mestre em Memória Social e Documento e editora-assistente de TEMPO E PRESENÇA. **Zwinglio Mota Dias** – doutor em Teologia e integrante da equipe de KOINONIA.

SE HOVER CÉU, BETINHO FICARÁ NA PORTA

Fernando Gabeira

Estamos a um ano da morte de Herbert José de Souza, o Betinho, símbolo brasileiro da luta intransigente pela democracia.

Homem fisicamente miúdo e gigante na argúcia, carregou consigo a justa bandeira de que podemos, nós brasileiros, resolver nossos problemas mais graves com Democracia em seu sentido mais radical (social, cultural e econômica). Essa sua paixão contagiante pela democracia é inspiração que se eterniza... E, sem vacilar, é o ponto que sempre nos congregou.

Assim, nesse espírito democrático, foi que Betinho se incorporou ao quadro de sócios fundadores de KOINONIA em 1994. Mas antes disso, nós que fundamos KOINONIA nos encontrávamos em diversas oportunidades para dialogar acerca de suas sagazes observações sobre a

conjuntura, desde os idos de 1985. Não cabe aqui resenhar nosso caminho juntos, mas registrar compromissos e homenagear.

A título de homenagem e um testemunho entre tantos que serão prestados neste período, TEMPO E PRESENÇA reproduz um texto do amigo Fernando Gabeira. Ao Betinho e aos amigos de Betinho nossa comunhão e radical luta a serviço de um Brasil plenamente democrático.

"Betinho trata a morte a pontapés". A frase do amigo Aldir Blanc omite um importante detalhe: a morte gosta. Como explicar o fato de que mesmo tratado a pontapés tenha estado tão perto? Aos oito anos, quase morreu com um simples corte no lábio. Foi quando se descobriu que era hemofílico. Anos mais tarde, já adolescente, contraiu tuberculose, na época doença de cura improvável. Chegou a receber extrema-unção de um padre alemão, desses com sotaque perfeito para descrever o inferno.

Mais tarde a morte rondou sua vida política na clandestinidade. Muitos amigos se foram. Com a Aids, partiram os irmãos e companheiros de luta. Betinho resistiu a tudo, e basta dar uma olhada em sua biografia para sentir como os jornalistas o descreviam ao longo do tempo: 48 anos e 47 kg; 49 anos e 47 kg; 50 anos e 47 kg; 58 anos e 47 kg. Os anos se passavam sobre a mesma suave massa humana. Se correr a notícia de



Carlos Carvalho

que Betinho morreu, as mínimas regras de prudência recomendam que se espere até o terceiro dia por uma confirmação.

Mineiro de Bocaiúva, escolheu o Rio seduzido pelo mar. "Todo dia olho para conferir se continua lá: nunca me desapontou". No fim da ditadura militar, era conhecido como o irmão do Henfil por causa da música "O bêbado e o equilibrista", de Aldir Blanc e João Bosco.

Depois de alguns anos de democracia, tornou-se mais importante do que ministros, popular a ponto de se tornar enredo de escola de samba.

Quando era clandestino e lutava contra o regime militar, Betinho usou perucas e bigodes falsos para fugir da polícia. Era católico e maoísta e pertencia a uma singular organização de esquerda: a Ação Popular.

OPERÁRIO

Tentou de todas as maneiras se proletarizar, virar um simples operário que, na época, tinha o papel de herói reservado no *script* da História. Chegou a trabalhar numa fábrica de papelão, arriscando a própria vida com sangramentos no joelho.

Vem daí sua paixão pela liberdade individual, seu horror de ser controlado por coletivos. No exílio canadense, onde conquistou título de mestre, o sociólogo Betinho enterrou a Ação Popular.

Aliás, tornou-se um especialista em enterros: enterrou a hemofilia, a tuberculose e sempre teve planos de enterrear a Aids — foi o primeiro autor do mundo a ousar um livro sobre a cura da doença.

Além de organizar o Ibase, um instituto de pesquisas que conseguiu apresentar o Brasil real, Betinho sempre animou o movimento pela reforma agrária. Mas tornou-se conhecido mesmo quando lançou a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, a mais importante campanha de solidariedade que o Brasil conheceu no século XX.

Betinho continuava querendo mu-

dar o país. Mas não entendia por que os revolucionários excluam a dimensão da solidariedade. Os comitês foram brotando e as pessoas perguntando a Betinho qual era a orientação. Foi difícil convencê-las de que não se tratava de algo centralizado e de que Betinho não distribuía diplomas ou franquias para representá-lo.

O movimento era saudavelmente anárquico, como muita coisa que deu certo no mundo moderno.

Críticas vieram de muitos lados. Temia-se que o governo se apropriasse da campanha ou que a oposição, por intermédio do PT, o fizesse. Ambos estavam ocupados demais para compreender a importância do movimento. Como descreveu o próprio Betinho, estavam envolvidos demais no estatal para cuidarem do público.

DENÚNCIAS

Em 1994, já reconhecido dentro e fora do País, Betinho foi atingido pelas denúncias de que recebera US\$ 40 mil dos banqueiros do bicho para a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia). Na verdade, quem surgiu na lista dos bicheiros foi o então governador do Rio, Nilo Batista. Pressionado, Nilo contou que aquele dinheiro fora obtido para o combate à Aids.

No dia em que estourou o escândalo, fui visitar Betinho. Estava levemente nervoso porque dezenas de repórteres o esperavam para uma coletiva. Era importante ir vê-lo porque a denúncia envolvia um amigo comum: o escritor Herbert Daniel, que morreu de Aids. Aliás, na cerimônia fúnebre, Betinho fez um discurso tão emocionante, deu tantos e bem colocados pontapés na morte, que todos nos sentimos eternos enquanto o ouvimos.

Betinho pediu dinheiro aos bicheiros porque Herbert Daniel, que dirigia a Abia, precisava dele urgentemente para tocar o trabalho. Era um tempo difícil. A palavra Aids ainda despertava medo e distanciamento.

ERRO POLÍTICO

Sem jamais negar que pediu o dinheiro, Betinho lamentou não ter pedido mais, pois a situação era desesperadora. Mas admitiu que cometeu um erro político. Senti nele um certo alívio. Afinal, conseguira se desvencilhar da aura de santidade com que estavam aprisionando sua imagem. Mas era uma ambígua vitória contra a canonização precoce.

Betinho não tinha pisado na grama, cuspidor no chão ou mesmo sido encontrado com uma prostituta num carro estacionado embaixo do poste. Pediu dinheiro para salvar vidas de gente como ele — soropositiva.

Depois daquele escândalo, continuou a desenvolver o seu trabalho. A luta contra a fome era apenas uma trincheira. A outra era a abertura de novos empregos e a terceira, que iria lançar já em 1995, era a democracia na terra. Betinho acreditava nessas três campanhas e sempre as viu interligadas. Os críticos da Ação da Cidadania que tentaram conter a preocupação de Betinho nos limites da caridade ficaram devendo um exame mais abrangente de seus projetos.

Betinho tem dois filhos homens. O mais velho, Daniel, é dançarino. O mais novo, Henrique, nasceu da relação com Maria Nakano, com quem viveu desde o exílio. A mulher que o ajudou a construir a casa de Itatiaia, um refúgio para recarregar energias. Ele gostava do mar, mas escolheu a montanha para se sentir absolutamente em casa.

Se houver céu, Betinho é uma das presenças mais improváveis. É do tipo que sentará na porta e só entrará quando todos os outros chegarem.

Fernando Gabeira — escritor, jornalista e deputado federal pelo Partido Verde. Texto publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 11/8/97.

DEZ ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Luís Roberto Barroso

Outubro é um mês significativo para o Brasil neste ano de 1988, pela memória dos dez anos da Constituição em vigor. TEMPO E PRESENÇA oferece aos seus leitores uma perspectiva de análise da Carta, símbolo do processo de redemocratização e de reconstrução do País.

Findo o longo ocaso do regime militar — iniciado pelo General Ernesto Geisel, ainda em 1974 — e em cumprimento à promessa de campanha feita por Tancredo Neves, foi convocada, pela Emenda Constitucional n. 26 de 15 de maio daquele ano, uma Assembléia Nacional Constituinte a fim de elaborar nova Constituição para o Brasil.

Os trabalhos da Assembléia Constituinte, a exemplo do que já ocorrera em 1946, desenvolveram-se sem a apresentação de um anteprojeto prévio, uma vez que o anteprojeto da Comissão Afonso Arinos não fora encaminhado à Constituinte pelo Poder Executivo.

A ausência de um texto-base e a ausência de participação de todos os segmentos da sociedade civil, arbitrariamente alijados do processo político por mais de vinte e cinco anos, dificultaram significativamente a racionalização e a sistematização dos trabalhos. Assim, o processo constituinte padecia das vicissitudes inevitáveis a um empreendimento desse porte naquele contexto, bem como de ingerências excessivas do

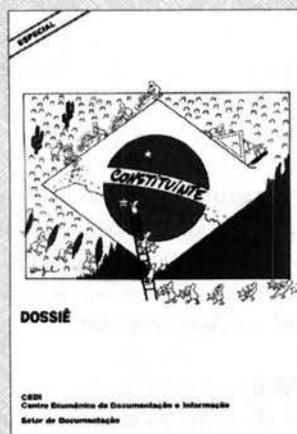
Executivo e da dificuldade de formação de maiorias consistentes, mesmo em simples questões regimentais.

Após uma fase de conclusão penosa e desgastante, a Carta é finalmente promulgada em 5 de outubro de 1988, aclamada como a “Constituição Cidadã”, na expressão do presidente da Assembléia Ulysses Guimaraes. De fato, a leitura do *Preâmbulo* da carta revela, a fotografia retocada pela retórica e pelo excesso de boas intenções, do momento histórico de seu nascimento e das aspirações de que deveria ser instrumento.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. A ESTRUTURA DO TEXTO. VIRTUDES E DEFEITOS

A Constituição brasileira de 1988 tem, antes e acima de tudo, um valor simbólico: foi ela o ponto culminante do processo de restauração do Estado democrático de direito e da superação de uma perspectiva autoritária, onisciente e não pluralista de exercício do poder. Ao reentronizar o Direito e a negociação política na vida do Estado e da sociedade, removeu o discurso e a prática da burocracia tecnocrático-militar que conduzira a coisa pública no Brasil por mais de vinte anos.

O processo constituinte que resultou na nova Carta Política teve como protagonista uma sociedade civil marcada por muitos anos de marginalização. Na euforia — saudável euforia — de recuperação das liberdades públicas, a Constituinte foi um amplo exercício de participação popular. Mas, paradoxalmente, foi precisamente esse caráter democrático que fez que o texto final expressasse uma vasta mistura de interesses legítimos de trabalhadores e categorias econômicas, cumuladas com



“DOSSIÊ CONSTITUENTE”: DEZ ANOS

O Setor de Documentação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) atentou para o momento histórico, organizou e publicou em 1986 o “Dossiê Constituinte”, a partir de documentos e publicações dos movimentos sociais e de artigos publicados na grande imprensa e periódicos, com a intenção de mostrar esta nação que se organiza apesar do Estado e dos donos do poder.

Tendo como editor-geral o advogado e pesquisador Cesar Pimentel Caldeira, o Dossiê não se limitou, no entanto, a provar a emergência do poder popular — o que em si é uma tarefa difícil devido à precariedade dos registros sobre essas experiências — mas procurou incentivar o aperfeiçoamento dessas organizações e o encaminhamento de suas lutas.

Texto adaptado de “Tempo e Presença” n. 208, maio de 1986.

interesses cartoriais, corporativos, ambições pessoais, etc. O produto final foi heterogêneo, com qualidade técnica e nível de prevaquecimento do interesse público oscilante entre extremos.

A doutrina constitucional descreve a Carta de 1988 como sendo compromissória, analítica e dirigente. *Compromissória* por ser um texto dialético, sem domínio absoluto de uma única tendência política. Ao lado da livre iniciativa, alçada à condição de princípio fundamental da ordem institucional brasileira, consagraram-se regras de intervenção do Estado no domínio econômico. O texto contemplou, ademais, um amplo elenco de direitos sociais para os trabalhadores e impôs restrições ao capital estrangeiro.

O constituinte de 1988 optou, igualmente, por uma Carta *analítica*, na tradução do constitucionalismo contemporâneo, materializado nas Constituições Portuguesa e Espanhola, de 1976 e 1978, países que, a exemplo do Brasil, procuravam superar experiências autoritárias. O modelo oposto é o que tem como paradigma a Constituição dos Estados Unidos, exemplo típico do constitucionalismo *sintético*. A tradição brasileira, a complexidade do quadro em que se desenvolvia a reconstitucionalização do País e as características de nosso sistema judicial inviabilizavam a opção pela fórmula do texto mínimo, cuja importação seria um equívoco caricatural. É inevitável a constatação, porém, de que o constituinte de 1988 caiu no extremo oposto, produzindo um texto que, mais que analítico, é casuístico e prolixo.

Por fim, a Carta brasileira de 1988 é *dirigente*. O termo, trazido do constitucionalismo português, identifica uma opção pela inclusão no texto constitucional de grandes linhas programáticas, que procuram sinalizar caminhos a serem percorridos pelo legislador e pela Administração Pública. Este tipo de constitucionalismo diminui, de certa forma, a densidade jurídica do texto, embora represente um esforço para condicionar a atuação dos Poderes e impulsioná-los na direção eleita pelo constituinte, notadamente em domínios como os da educação, cultura, saúde e

realização de valores como a justiça social e os direitos a ele inerentes.

É preciso, todavia, a despeito de todas as imperfeições, evitar que a crítica, cabível e necessária, venha a encobrir as virtudes e inovações criativas e valiosas trazidas pela Carta de 1988. Os direitos fundamentais, por exemplo, configuram, a despeito da enunciação prolixa e desarrumada, uma valiosa carta de proteção dos cidadãos brasileiros, contra os abusos tanto estatais como privados. Novas ações judiciais, como o mandato de segurança coletivo e a constitucionalização da ação civil pública, ampliaram os mecanismos de proteção dos direitos, inclusive os intitulados *direitos difusos*, que abrigam áreas importantes como a tutela do meio ambiente e do consumidor.

A nova Constituição, ademais, reduziu o desequilíbrio entre os Poderes da República, fortalecendo a autonomia e independência do Judiciário, assim como ampliando as competências do Legislativo. Registre-se, nada obstante, que a Carta de 1988 manteve a capacidade legislativa do Executivo, por meio das medidas provisórias. Embora, em todo o mundo, tenha se operado, em maior ou menor intensidade, o esvaziamento da capacidade legislativa originária do Congresso ou do Parlamento, o fato é que a redação do texto constitucional e a timidez do Legislativo e do Judiciário deram ensejo ao abuso na utilização de instrumento que, de medida excepcional, passou a integrar a rotina no processo de edição de normas jurídicas.

A Federação — mecanismo de repartição do poder político entre a União, os Estados e os Municípios — foi amplamente reorganizada. Ampliaram-se as competências *político-administrativas* de Estados e Municípios e a partilha das receitas *tributárias* foi feita de forma mais equânime. A prática tem revelado, no entanto, que os principais beneficiários do sistema de distribuição de receitas são os grandes Municípios e que os Estados brasileiros, a despeito da recuperação da plena autonomia política, não conseguiram, em sua grande maioria, encontrar o equilíbrio financeiro desejável.

CONCLUSÃO

Ao longo da história brasileira, sobretudo nos períodos ditatoriais, reservou-se ao direito constitucional um papel menor, marginal. Nele buscou-se, não o caminho, mas o desvio, não a verdade, mas o disfarce. A Constituição de 1988, com suas virtudes e imperfeições, teve o mérito de criar um ambiente propício à superação dessas patologias e à difusão de um sentimento constitucional, apto a inspirar uma atitude de acatamento e afeição em relação à Lei Maior. O último decênio é marcado pela preocupação, tanto do próprio constituinte, como da doutrina e dos tribunais com a efetividade do texto constitucional, isto é com o seu real cumprimento, com a concretização da norma no mundo dos fatos e na vida das pessoas.

A patologia do autoritarismo, aliada a certas concepções doutrinárias retrógradas, havia destituído outras constituições de sua força normativa, convertendo-as em um repositório de promessas vagas e exortações ao legislador infraconstitucional, sem aplicabilidade direta e imediata. A Constituição de 1988 teve o mérito elevado de romper com esse imobilismo. Embora ainda existam disposições inoperantes, a Constituição em vigor, tanto quanto carta de direitos quanto como instrumento de governo, é uma realidade viva na prática dos cidadãos e dos Poderes Públicos.

A Constituição de 1988, no entanto, não escapou de uma das crônicas patologias de nosso constitucionalismo: a compulsão incontida de reforma do texto, ao sabor de conjunturas passageiras e polêmicas efêmeras. Uma Constituição há de ter vocação de permanência para poder mobilizar a adesão sincera, afetiva e efetiva da cidadania. Neste particular o ciclo do amadurecimento institucional brasileiro ainda não se completou.

Luís Roberto Barroso — professor titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Procurador do mesmo Estado.

RUMO AO ANO DO JUBILEU

CARTA AO POVO BRASILEIRO

“Quinhentos anos depois da Carta em que os colonizadores europeus desprezaram, pela primeira vez, as belezas e as riquezas do Brasil, é também com uma Carta que fazemos chegar ao povo brasileiro as alegrias, preocupações e esperanças das mais de 10 mil pessoas que participaram dos 150 eventos regionais e locais da 3ª Semana Social Brasileira.

Iniciativa da CNBB e parte de sua programação para viver o Jubileu dos dois mil anos do nascimento de Jesus Cristo, a 3ª Semana Social é assumida e coordenada por pastorais, entidades ecumênicas, organismos e movimentos populares.

Motivados pela fé cristã, que nos convoca a remover as montanhas da ignorância e da indiferença; motivados pelo compromisso com o povo, que vive uma situação intolerável de sofrimento e de dor; e motivados por um novo milênio, que queremos muito diferente deste que se encerra; nós, os 396 participantes do Momento Nacional da 3ª Semana Social, reunidos em Itaici (SP), de 4 a 8 de agosto de 1998, denunciemos as dívidas sociais que atingem a população brasileira e assumimos compromissos para superá-las.

QUAIS SÃO AS DÍVIDAS SOCIAIS?

São as dívidas que as elites dominantes impuseram ao nosso povo em 500 anos de exploração. Dívidas que se materializam no desemprego, nos salários indignos, nos sem-terra, no abandono dos pequenos agricultores e dos pescadores artesanais, na escravidão que persiste, na fome torturan-

te, no extermínio dos povos indígenas e de outros grupos sociais.

Dívidas que se expressam, também, nos sem-teto, na discriminação dos migrantes, no sucateamento dos serviços de saúde e educação, na precariedade dos serviços urbanos, nas agressões ao meio ambiente.

Dívidas que se revelam, ainda, na negação do pleno direito à cidadania dos portadores de deficiência, dos idosos, jovens, crianças, adolescentes, meninos e meninas de rua, mulheres, povos indígenas, negros, ciganos e outras etnias, maiorias e minorias de nosso povo.

Dívidas que se fortalecem na violência cotidiana, na injustiça, na corrupção, na falta de democracia real, nas distorções veiculadas por meios de comunicação de massa, na destruição de valores individuais e coletivos.

Os credores das dívidas sociais são a maioria do povo brasileiro. Não precisamos, aqui, indicar quantos são os sem-terra, os sem-teto, os desempregados, os sem-cidadania... A existência de uma única criança abandonada já nos causa indignação e nos faz lutar contra o projeto político excludente que domina a sociedade brasileira, campeã mundial de desigualdades sociais.

RAÍZES E RESGATE DAS DÍVIDAS SOCIAIS

As dívidas sociais possuem raízes profundas, que remontam ao processo colonizador europeu, a séculos de escravidão, de transferência de nossas riquezas para o exterior, de democratização lenta e restrita, de justiça parcial e perpetuadora de desigualdades, de subordinação do Estado aos



Vitor Nogueira

As dívidas sociais no Brasil se revelam na negação do pleno direito à cidadania da dignidade das pessoas

interesses privados nacionais e internacionais, de um desenvolvimento econômico que gera e reproduz estruturalmente a desigualdade.

O modelo neoliberal, implementado no Brasil principalmente a partir de 1990, reforça a desigualdade estrutural existente na sociedade brasileira. Vivemos sob o domínio das chamadas leis do mercado, do individualismo, da competitividade, do consumismo. A idolatria do mercado sufoca os valores da igualdade, da solidariedade, da soberania nacional, de uma democracia participativa.

O grande capital exige subordinação de nossa sociedade, impondo privatização de estatais, abertura comercial sem salvaguardas nem contrapartidas, desmantelamento dos serviços públicos.

Agravam-se o desemprego, a violência, a crise de valores. Mas as soluções estão à vista e à mão. Nossas mazelas não se devem à falta de recursos: suas causas são políticas e estruturais.

É necessário construir um novo projeto de sociedade, orientado por valores e por estratégias capazes de promover a distribuição da riqueza, da renda, da terra, do poder e do saber, criando oportunidades para que todos os brasileiros possam viver com justiça, dignidade e alegria.

Esta nova sociedade já vem sendo construída pelos movimentos populares, pela sociedade civil, na luta contra o projeto dominante. O novo é visível nas lutas por terra e água, na batalha por direitos sociais e políticas públicas, na defesa do meio ambiente, nas iniciativas de produção alternativa, em todos os que, de diferentes formas, procuram viver a verdadeira democracia, a cooperação e a solidariedade.

NOSSOS COMPROMISSOS

Convocamos o povo brasileiro e as igrejas a concretizarem os ideais do Jubileu bíblico, assumido por Jesus como sua missão permanente na construção do Reino de Deus. O Jubileu

O Jubileu consiste no resgate das dívidas sociais, recriando as condições de igualdade e de liberdade na vida do povo, concretizando o propósito de Deus

consiste no resgate das dívidas sociais, recriando as condições de igualdade e de liberdade na vida do povo, concretizando o propósito de Deus: que as relações humanas sejam caracterizadas por amor, justiça e comunhão.

Convidamos a todos vocês, a todo o povo brasileiro, a assumir conosco os seguintes compromissos:

1. *Com a vida*: denunciaremos o neoliberalismo e tudo o que atenta contra a dignidade da vida, em todas as suas dimensões;

2. *Com a verdade*: lutaremos pela democratização da informação, incentivando as rádios e TVs comunitárias, desmascarando a manipulação e a desinformação promovidas pelos monopólios de comunicação;

3. *Com a organização e a mobilização do povo*: lutaremos pelos direitos dos povos indígenas e dos remanescentes de Quilombos, por reforma agrária, moradia digna, emprego, saúde, educação, justiça, pela plena realização dos direitos humanos. Combateremos todo e qualquer tipo de discriminação e intolerância. Assumimos o "Grito dos Excluídos", o "Tribunal da Dívida Externa" e a "Campanha Brasil 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular";

4. *Com a verdadeira democracia*: queremos que o Estado seja um instrumento da sociedade para a sociedade. Lutaremos por uma política que garanta o exercício pleno da cidadania, contra as distorções na representação proporcional e contra a corrupção eleitoral promovida pelo poder econômico;

5. *Com um novo projeto de sociedade*: trabalharemos pela instalação

de uma nova ordem econômica, política, social e cultural, que rompa com a dependência ante o capital externo, que afirme a soberania nacional, que garanta uma vida digna e com segurança para nosso povo e o futuro de nossa juventude. Que sejam definidos limites orçamentários para os gastos com o pagamento das dívidas externa e interna, compatíveis com o resgate das dívidas sociais e ecológicas;

6. *Com a educação*: lutaremos por um sistema educacional público, que garanta a todos os brasileiros uma educação de qualidade, fundamentada nos valores da justiça e da solidariedade. Apoiaremos as iniciativas de educação popular no campo e na cidade;

7. *Com o direito ao trabalho*: lutaremos por empregos estáveis e por salários dignos. Estimularemos iniciativas que gerem trabalho e renda para os trabalhadores e suas famílias;

8. *Com a "Campanha Internacional Jubileu 2000"*: assumiremos esta Campanha, que pede o cancelamento da injusta dívida externa. No Brasil, exigiremos uma auditoria da dívida externa, possibilitando identificar a dívida ilegítima e injusta que deve ser cancelada;

9. *Com o estabelecimento de uma nova ordem internacional*: lutaremos para que a globalização financeira e excludente seja substituída por uma globalização solidária e ecológica.

Que esta Carta seja lida em cada casa, em cada praça, em cada grito, em cada encontro, em cada igreja. E que suas palavras se tornem realidade na caminhada de cada um de nós, reforçando nossa esperança e nosso sonho de justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática".

Itaici, agosto de 1998.

Documento elaborado pelos participantes do Momento Nacional da 3ª Semana Social Brasileira da CNBB em Itaici/SP, de 4 a 8 de agosto de 1998.

DE SUPERFÍCIE, ARTE E TEOLOGIA

Jaci Maraschin

Existe, no pensamento religioso, alguma possibilidade de nova maneira de expressão que abandone a forma teológica tradicional? Prescindirá a Igreja, como a conhecemos hoje, de certo tipo de teologia nos limites da racionalidade? Estas questões permeiam a reflexão do autor neste artigo.

As tendências filosóficas idealistas exercem na vida cotidiana avassaladora influência sem que ninguém perceba o fato. No final das contas é Platão que segura a batuta e rege a nossa orquestra diária. É provável que na experiência estética o fenômeno se torne mais evidente. Somos ainda herdeiros do romantismo do século XIX e tendemos a ver as coisas como se elas fossem outras. É a velha disputa entre a essência e a existência. A partir dela não passávamos de aparência e sonho, distanciados do que seríamos se fôssemos realmente a essência imaginada.

Essas concepções de vida e de mundo cortaram a vida pela metade e, pior, elevaram uma das metades aos páramos mais sublimes da realidade (de tal maneira que começou a escapar dessa realidade), enquanto a outra era relegada aos planos mais inferiores da experiência (a ser negada sempre que possível). É por isso que ao entrarmos numa galeria de arte não nos contentamos em fruir as pinturas e esculturas em seu aparecimento,

mas queremos saber o que significam. Essas perguntas não são tão intelectualizadas como parecem. Trata-se da indagação a respeito do que está por detrás da visão, ou, se quisermos, do que está dentro da obra. Em outras palavras, retratam a preocupação pelo conteúdo, coisa que gerou outras tantas controvérsias entre forma e conteúdo.

Pensando nessas coisas, lembro-me de iluminadora passagem envolvendo o artista americano Andy Warhol. Ele dizia que se alguém lhe perguntasse qual era o seu problema, sua resposta era rápida e curta: “a pele”. Visitando certa vez Manabu Mabe, de saudosa memória, deslumbré-me com suas grandes telas abstratas em seu ateliê ainda em Guaimbé, no interior de São Paulo. Ele era boa prosa. Gostava de contar histórias de vizinhos que vinham ver suas obras e queriam saber o que significavam. Ele sorria e não se cansava de dizer: “Não estão aí para significar”. Se ele fosse filósofo, certamente diria “Esses quadros apenas são quadros”, ou, melhor ainda, “Apenas são, não significam”. É por isso que fica muito difícil entender filósofos e teólogos que ficam se preocupando com aquilo que a coisa não é.

Estamos acostumados a ouvir a expressão: “Os olhos são o espelho da alma”. Sempre fiquei intrigado com a frase. Se os olhos são espelho, certamente teriam que refletir o que está na sua frente. Será que se queria dizer que o mundo lá fora dos olhos era a alma? Nada mau. Mas aí as coisas se complicariam. Primeiro porque a expressão está dentro do contexto

da filosofia platônica em que alma é aquilo que não se vê num mundo de coisas visíveis e, portanto, distantes da alma. A alma seria o que está dentro. Que tipo de espelho seria esse capaz de trazer para fora o que estaria dentro? Coisas mágicas do reino de Alice no País das Maravilhas. Por que não nos contentarmos em dizer que os olhos são o seu próprio espelho, o aparecimento daquilo que aparece neles?

“OLHAR PROFUNDO”

Tomemos, por alguns instantes, o conceito de superfície. Em nosso vício binário de ver todas as coisas em relação a seus opostos, do outro lado da superfície estaria a profundidade. Vamos partir de nosso próprio corpo que nos está mais imediatamente à mão. O corpo é uma superfície. Essa superfície é precisamente o que ele é. Se não nos contentarmos com o corpo dessa maneira, digamos, “superficial”, o que estaremos entendendo por sua profundidade?

Todos nós certamente já ouvimos falar de pessoas que teriam “olhar profundo”. Que faz tal olhar necessariamente “superficial” passar, de repente, a ser considerado “profundo”? Observe-se que não foi preciso sair da superfície para se encontrar a alegada profundidade. Certamente, essa linguagem significa que a “profundidade” não está no olhar da pessoa que teria esse “olhar profundo”, mas no nosso olhar discriminatório e avaliativo.

Mark Taylor acha que a busca de conhecimento sempre envolve uma espécie de jogo de esconde-esconde



Vanda Freitas

no qual cada pesquisador é como um olho particular, sempre olhando a partir de sua situação, transformando-se o processo numa história policial de detetive. O jogo de esconde-esconde pressupõe a possibilidade do esconderijo. Mas, se tudo se reduz, em última análise, à superfície, que lugares sobram para tal esconderijo? Será que o vício corrosivo de nossas pesquisas científicas não reside precisamente nesse brinquedo somente possível a partir de supostos esconderijos?

É nesse contexto que a teologia (que sempre quis ser profunda) procura descobrir meios de escorregar pelas superfícies. Ou, quem sabe, de interpretar a realidade enquanto aparecimento. A história da teologia, no entanto, fortemente influenciada pe-

Ao entrarmos numa galeria de arte não nos contentamos em fruir as pinturas e esculturas em seu aparecimento, mas queremos saber o que significam

los filósofos gregos, sempre trabalhou na linha binária: profundidade/superfície, realidade/aparência, santo/pecador, espírito/matéria, texto/pretexto, razão/emoção etc. Talvez seja impossível à teologia tradicional sair dessa camisa-de-força da lógica aristotélica. Essa binariedade sempre privilegiou o primeiro termo

da equação, menosprezando, portanto, o segundo. Ela sentiu-se em casa no período iluminista e não obstante alicerçar-se na fé, sempre firmou esses alicerces com o cimento da razão. Qualquer teologia sempre será “logia”, isto é, será construção racional.

Talvez a pergunta radical que sobra ao pensamento religioso venha a ser a da possibilidade de nova maneira de expressão que abandone a forma teológica tradicional. Ou, talvez, esta outra: prescindirá a Igreja, como a conhecemos hoje, de certo tipo de teologia nos limites da racionalidade? Entre as possibilidades que se abrem para a expressão do mistério, têm importância não apenas histórica mas também existencial as experiências místicas de diversas religiões e as manifestações artísticas da pós-modernidade.

Convém, depois do que disse, esclarecer que a pós-modernidade não significa irracionalidade *tout court*. Ao negar a racionalidade grega, ela não pretende abandonar o pensamento. Isso sim, seria, retorno à barbárie, como equivocadamente pensam os conservadores da modernidade. A razão da pós-modernidade tem algo a ver com a “razão do coração” de Pascal e com o novo significado de pensamento encontrado principalmente em Heidegger. Trata-se da superação do impasse criado pela lógica em face da liberdade da existência e da criatividade sem limites da arte.

Jaci Maraschin – teólogo, músico e ministro anglicano.

“VOU PLANTAR UMA ÁRVORE...”



Muito tempo atrás, há pouco mais de dez anos, era dezembro de 1987, eu escrevi o seguinte: “Vou plantar uma árvore: será o meu gesto de esperança. Copa grande, sombra amiga, galhos fortes, crianças no balanço e muitos frutos carnudos, passarinhos em revoada. Mas o mais importante de tudo: ela terá de crescer devagar, muito devagar. Tão devagar que à sombra eu nunca me assentaria... O primeiro a plantar uma árvore a cuja sombra se assentaria foi o primeiro a pronunciar o nome do Messias.”

Camus, meu querido irmão Camus, num entardecer de crepúsculo preguiçoso — os momentos preguiçosos são os mais criativos, é neles que os deuses nos abrem os olhos para vermos o que nunca havíamos visto — escreveu o seguinte no seu diário: “Se durante o dia o vôo dos pássaros parece sempre sem destino, à noite dir-se-ia reencontrar sempre uma finalidade. Voam para alguma coisa. Assim, talvez, na noite da vida...”

Pois é: quando jovens, voamos em todas as direções. As esperanças à nossa volta são muitas, e não queremos perder nenhuma. Velhos, nos damos conta de que uma vale mais que muitas. É como naquela parábola contada por Jesus, sobre um homem que, de repente, encontrou uma jóia maravilhosa. Fascinado por ela, foi e vendeu tudo o que possuía para comprá-la. “Pureza de coração”, dizia Kierkegaard, “é desejar uma só coisa.” Quem tem muitas esperanças é um monte de cacos de vidro. Quem tem uma única esperança é um vitral colorido de uma catedral.

Meu vitral continua a ser aquela cena: a árvore e as crianças no balanço. É uma cena paradisíaca. Fico feliz só de imaginar a alegria das crianças. Na velhice mudam-se os hábitos alimentares da gente. Basta-nos que nos seja dada para comer, a cada dia, a imagem de felicidade dos nosso netos...

Emily Dickinson escreveu este delicioso poeminha: “Para se ter uma campina / é preciso um trevo e uma abelha. / Um trevo, uma abelha / e fantasia. / Mas, em faltando abelhas, / basta a fantasia.” Tão bonito e tão mentiroso! Esse é um defeito dos poetas. Na falta de comida sólida eles freqüentemente mentem e “fazem de conta” (como confessou Fernando Pessoa “o poeta é um fingidor”...) que suas mentiras são comida. Era o caso da solitária Emily, que se alimentava de campinas virtuais. Eu até que poderia comer comida semelhante se fosse a única pessoa envolvida. Mas meus netos não são virtuais. São crianças de carne e osso. Para elas a fantasia não basta. Assim, para mim, o final do poema teria que ser outro: “Mas, em faltando abelhas, tenho de chamar abelhas!” Como seria fácil se eu tivesse uma flauta mágica, como aquela da estória do flautista de Hamelin: eu tocaria a música encantada, e as abelhas me seguiriam.

Como me falta a flauta, resta-me fazer aquilo que de mais próximo existe: tento ser um educador. Um educador é uma pessoa que, desejando uma campina, se põe a chamar as abelhas. Na falta da flauta, ele fala — e com sua fala desenha os mundos que ele ama. Um educador é um criador de mundos. O seu desejo é ser um deus, porque se ele fosse um deus poderia criar, sozinho, o seu paraíso. Bastaria dizer a palavra mágica e a árvore com balanço e crianças apareceriam. Não sendo deus — tendo apenas o sonho dos deuses sem ter o seu poder — resta-lhe sair pelo mundo falando os seus sonhos. Me veio a imagem daquela flor do campo, uma bola de sementes brancas, a gente dá um sopro, as sementes saem voando como se fossem pára-quedas — para irem nascer lá longe, aonde o vento as levou... Assim é o

educador — uma bola de sementes-palavras onde se encontra o sonho que ele deseja plantar.

Educador, bola de sementes: uma espécie em extinção. O que prolifera são os professores, especialistas em ensinar pedaços e fragmentos. Cada matéria é um fragmento. A serviço da ciência, não lhes resta outra alternativa, porque somente pedaços e fragmentos podem ser tratados com objetividade científica.

Mas as árvores, balanços e crianças não moram no lugar onde os cientistas pesquisam e os professores ensinam. Cientistas e professores moram no espaço do conhecimento — o que é muito bom e necessário: para se plantar uma árvore e fazer um balanço é preciso conhecimento. Mas o conhecimento, sozinho, não faz ninguém desejar plantar uma árvore e fazer um balanço. Para isso é preciso o amor. Mundos a serem criados, antes de existirem como realidade, existem como fantasias de amor.

A minha tristeza tem a ver com este fato: tudo indica que meu sonho não se realizará. As abelhas são poucas, as aves de rapina são muitas. As campinas vão sendo progressivamente substituídas por coisas mortas. Leio, com profunda tristeza, uma oração escrita há quase cem anos. “Ó Deus, nós oramos por aqueles que virão depois de nós, por nossos filhos e por todas as vidas que estão nascendo agora, puras e esperançosas... Lembramos, com angústia, que eles viverão no mundo que estamos construindo para eles. Estamos esgotando os recursos da terra com a nossa avidez, e eles sofrerão necessidades por causa disso. Estamos envenenando o ar de nossa terra com nossa sujeira, e eles terão de respirá-lo” (Orações por um mundo melhor, Paulus).

Amo as cachoeiras, as trilhas no meio das matas, os caminhos pelas montanhas, os rios e seus remansos, o mar e as praias. Mas, por onde quer que os

homens passem, lá se encontram os sinais de sua vocação de destruição e devastação. Eles não vão para as praias para ouvir a música do mar. Eles vão para as praias para lá socializar a sua loucura e agitação. Não vão para as cachoeiras e matas para recuperar a harmonia perdida com a natureza. Vão para cachoeiras e matas para lá deixarem seus lixos e excrementos. Passada a horda de selvagens (perdão, perdão, selvagens! Os selvagens, precisamente, são os que jamais fariam isso — pois eles são os que habitam as selvas e sabem que elas são sagradas). Horda de quê? Não encontro uma palavra que descreva o horror do comportamento dos homens pela mãe-natureza. O que os homens estão construindo como futuro para seus filhos e netos não é um paraíso de árvores e riachos, mas uma selva eletrônica de metal, cimento e lixo.

E. E. Cummings disse que “mundos melhores não são feitos; eles nascem.” Nascem de onde? O amor é o único poder de onde as coisas nascem. Os artistas sabem disso. E é isso que eu procuro, como educador: desejo ensinar o amor. Se não amarmos a natureza não existe a menor possibilidade de que ela venha a ser preservada. Sei que isso soa piegas. Cientistas da educação se rirão de mim — pois o que lhes interessa é a transmissão do conhecimento. Pesquisadores, nas universidades, preferirão escrever seus artigos para revistas internacionais. Confesso que, no momento, essa não seria uma jóia pela qual eu venderia tudo e nem o rumo do meu vôo crepuscular. Não me entusiasma, no momento, o aumento do conhecimento. Já conhecemos demais, muito mais do que usamos. Se usássemos um centésimo do que sabemos o mundo seria educador. Quero companheiros na tarefa de plantar árvores e construir balanços...



Marta Strauch

TORRE DE BABEL – HIENAS E CORVOS FALAM A MESMA LÍNGUA

Carlos Cunha

Quando seres humanos quiseram prolongar, fortalecer, exacerbar formas de tirania, necessitaram de uma língua comum (em sentido amplo) que todos falassem e entendessem. Em contrapartida, sempre que os tiranizados se aperceberam de sua condição e quiseram resistir, serviram-se de signos mímicos, fônicos, lingüísticos para burlarem os tiranos. Os exemplos são muitos do uso dos códigos, senhas, mensagens cifradas para fugir aos adversários.

A narrativa do episódio bíblico da Torre de Babel nos distrai contando (recontando) um mito da psicologia social. Muitos, porém, visto conhecerem apenas o relato bíblico, encheram-se de brios espirituais e afirmaram que Deus, aborrecido com a presunção humana de querer

chegar até os céus (morada divina), decidiu atrapalhar a obra confundindo e atropelando a língua única dos operários-escravos.

Torre de Babel é, entretanto, a história de uma cidade, Babilônia e de seu deus, Marduque, empenhados numa luta por hegemonia contra Jerusalém e Iavé. As duas cidades querem ser centro de um Estado mundial; a cada um dos deuses os adoradores consideram único. Marduque é uma representação linear muito próxima de Iavé, é, porém, uma estátua várias vezes roubada ou destruída, outras tantas vezes reposta no altar. Entendem os adoradores de Iavé que um deus-imagem é a negação do homem-imagem-de-Deus. É assim que a leitura de outro episódio, o Pente-

costes, se contrapõe à lenda. O assunto tem sido um extraordinário quitute para biblistas interessados. Não é o meu caso.

Daí que Torre de Babel, simbolizando confusão, inspirou donos de uma telinha a uma novela com esse nome que vem causando uma imensa confusão-sucesso. Decidiram os autores mexer com alguns tabus mais em voga na sociedade e levaram ao ar um monte de “confusões” (luta pela hegemonia “ibopeana”). Sem querer (ou querendo), optaram por trabalhar a cabeça dos espectadores, deliciando a uns e levando outros a algumas das mais santas iras. E devem andar dando boas risadas com o “babelismo” que provocaram. Convenhamos que, em sentido amplo, reproduziram uma

história de choque de deuses e seus adoradores querendo decidir “na marra” quem é o melhor. No caso da telinha em tela pessoas houve que até chegaram a achar que se tratava de capítulo extra a história de uma “baby”, programada, “videoteipada”, pai, cunhados, avós de mentirinha, da novela-das-oito-para-além-das-oito. Outros ficaram revoltados querendo denunciar ao Juizado de Menores o uso indevido e iníquo do “trabalho” de uma recém-nascida a serviço exclusivo da Torre de Babel... Bem, de que era mesmo que ia falando?...

Sim. Essa Torre de Babel (ou qualquer das duas) tem dois pólos: dominadores (alçados nela); e dominados (esmagados por ela). Nada tem a ver com um deus abstrato e trabalhadores também abstratos em seu desejo de chegarem com aquele “empire-state” até um lugar abstrato. Isso cheira a “história para boi dormir.” O fato era/é outro: construir torres-palácios para a satisfação e segurança de exploradores e poderosos. Qualquer coisa como salvar a economia dos muito ricos espremendo salários e roubando vantagens e direitos dos que produzem a riqueza com suas canseiras. Ou: acabar (coisa da telinha) com todos os resíduos de traços culturais de dignidade social a fim de esvaziar cidadãos de sua cidadania, de suas famílias, de suas crenças, de suas práticas sociais, de sua enorme força cultural para pré-matá-los, emascular/esterilizá-los, escravizá-los. Nossos antepassados índios e negros têm-nos mostrado isso e nos têm oferecido lições de resistência: dominadores tentaram reduzir-lhes os estratos sociais a substratos e eles os têm transformado em superstratos (língua dos vencedores). Vale reler toda essa experiência deles que rejeita a morte e passa pela preservação de culturas basicamente religiosas.

Torre de Babel me ocorreu ao ler duas denúncias desta resistente Revista. Dois artigos no número ante-

rior (299, pp. 25 e 30) me “converteram” a falar de hienas e de corvos. Refiro-me a: *Perigo liberalizante sem precedentes e Embargo a Cuba: cinismo e arrogância*. A primeira visitou uns poucos jornais, a segunda foi exclusiva em nossa terra/língua. Por isso resolvi falar desses dois simpáticos (argh) animais.

Descobri de repente que não tinha muita coisa à mão que me instruisse sobre as onomatopéias (palavras/sons/ruídos) de hienas e corvos. Acabei concluindo que não levaria a nada e seria até cultura inútil. Atraíram-me, no entanto, por terem duas estranhas coincidências: rapina e assalto na maneira de se alimentarem. Por isso é que falam a mesma língua e são até que nem funerárias (quanto mais morte, mais grana; viva a morte, a tragédia, a enxurrada, a avalanche; a pobreza, todas as pobreza – ignorância, boa-fé, baba diante da boniteza e luxo do Primeiro Mundo; as viagens às “disney-worlds”, a pose de chefes bem vestidos e políglotas...) Chi! Esqueci!... Dizem: quanto mais decadência e degenerescência, mais podemos ganhar e prolongar nosso viver sadio e rosado primeiro-mundista com a ajuda de nossos pseudopolíglotas (na verdade, monoglotas: falam somente a língua dos donos).

Está lá: Vinte e nove países, uma ilustre família “rapinosa” de “ocedeístas” que surgiram em 1961, quando eram apenas vinte e que veio crescendo mais em ambições do que em número. “Juntos representam dois terços de todos os bens e serviços do mundo. Sabem tudo (especialistas à beça) sobre agricultura (solo e subsolo, meio ambiente, educação, comércio, investimentos de toda a espécie). A gana deles é tão bem estimulada, descarada e cínica que até o FMI quer matricular-se na escolinha deles.

Pretendem andar/voar livres à procura de quase mortos, cadáve-

res, incapazes de resistir, e palmilhar céus, estepes, desertos, mares, florestas, rios de outras terras. Querem poder meter o nariz em tudo, desde as “teles” (milhões) até às “peles” (cada um). Noutras palavras: os quintais deles estão pequenos, cheios de mesmice e as quintas já não produzem tantos frutos. Precisam ter todos os direitos sobre quintas e quintais e praias sem restrições, eles e seus bichos de estimação. Os propósitos que querem celebrar no Acordo Mundial de Investimentos (AMI) estão expressos num idioma que vem sendo falado/grito e ensinado faz algum tempo. Chama-se “liberalização”, “globalização”, “mercado aberto”, etc.

Dos dois (lá estou eu misturando canais), um deles é a síntese pelo sorriso permanente na cara (focinho); o outro é uma espécie de análise, voa pelos céus que nem satélite-espião. Aquele, risinho cínico: “Vamos livrar vocês dos subdesenvolvidos, hum, desculpem, do subdesenvolvimento. Vocês terão estradas, hospitais, escolas, telefones, coisa de Primeiro Mundo. E vamos realizar tudo isso para nós, hum, desculpem, para todos nós”.

Permitam-me terminar com o mito da Torre revisitado: o EU SOU (Iavé) resolveu confundir a língua deles, os dominadores e os operários submissos, para todos voltarem à própria língua. Afinal, o que se quer é construir grandes e acolhedoras praças, fronteiras abertas, com as próprias forças, em fraternidade e solidariedade. Num mundo globalizado, respeitadas as “idiosincrasias” nacionais, o acesso aos bens terá que ser de todos. Um parêntese: Ela era pobre, foi acolhida por pessoas simples, ganhou uma enorme loteria e gastou tudo num incrível banquete para todos. Refiro-me ao filme “A festa de Babete”. Fecho o parêntese e grito: Não-Babel! Sim-Babete!

Carlos Cunha – jornalista e ministro presbiteriano.

GUATEMALA

MONSENHOR GERARDI, MÁRTIR PELA VERDADE E PELA PAZ

O assassinato de monsenhor Gerardi, líder e coordenador do projeto de recuperação da memória histórica da Guatemala, representa um choque para aqueles que querem construir um novo país baseado no fim da violência e na cidadania plena. Todavia, o legado e o exemplo dele representam inspiração para que se impulsione o processo de paz de maneira muito mais consciente, massiva e profunda

Na noite de domingo, 26 de abril, assassinos entraram na casa paroquial de San Sebastián, onde monsenhor Gerardi, bispo-auxiliar da arquidiocese metropolitana, era pároco e com um bloco de cimento provocaram a sua morte, despedaçando-lhe o crânio e desfigurando-lhe o rosto. O crime voltou a colocar a Guatemala na primeira página do noticiário internacional. Quarenta e oito horas antes do assassinato, foram apresentados na catedral da Guatemala os resultados do projeto de Recuperação da Memória Histórica (REMHI), do qual monsenhor Gerardi havia sido o animador e o coordenador. O informe "Guatemala: nunca mais" recorreu ao testemunho de vítimas e sobreviventes das mais atrozes violações dos direitos humanos cometidas nos anos de conflito armado interno (1960-1996) e aponta os responsáveis

dessas violações: o Exército e as demais "forças de segurança", na grande maioria dos casos, e, em grau muito menor, a ex-guerrilha.

POR QUE FAZER MEMÓRIA HISTÓRICA?

Até entre aqueles que decididamente condenam o assassinato do monsenhor Gerardi, paira o comentário "mas, por que ele se meteu a investigar e a 'revolver' o passado?" A mesma pergunta fecha a opinião de que a Igreja não deveria "meter-se no que não lhe compete". A ela dizem respeito somente as tarefas estritamente religiosas. O mesmo monsenhor Gerardi havia respondido àquela pergunta em 24 de abril:

"Ante os temas econômicos e políticos, muita gente reage dizendo: 'Para que a Igreja se mete nisto?' Queriam que nos dedicássemos unicamente aos ministérios. Mas a Igreja tem uma missão a cumprir no ordenamento da sociedade, que inclui os valores éticos, morais e evangélicos. (...)

"O projeto REMHI é uma denúncia legítima, dolorosa que devemos escutar com profundo respeito e espírito solidário. Mas também é um anúncio, uma alternativa para encontrar novos caminhos de convivência humana. (...)

"Esta é uma forma pastoral de fazer as coisas. É trabalhar à luz da fé, encontrar o rosto de Deus, a presença do Senhor. Em todos estes acontecimentos, é Deus quem nos está falando. Fomos chamados a reconciliar. (...) A conversão é necessária, e nos toca abrir os espaços para estimulá-la...".

A resposta dos responsáveis pelo projeto REMHI, ao serem confronta-

dos com os rostos de dor causada pela violência, nos quais devemos "reconhecer as marcas do sofrimento de Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela" (Puebla, 31), implica recuperar a memória histórica, porque trata-se de feridas que não encontram cura sem a terapia de falar sobre elas, depois de haver sido durante anos silenciadas, escondidas e sufocadas. Neste caso, a memória é a primeira condição para a saúde mental. Igualmente o esgarçamento do tecido social, causa da guerra e suas atrocidades, reclama o conhecimento do seu alcance e de suas causas, antes que se possa empreender a custosa tarefa da reconciliação e o paciente trabalho de reparação e formação de um novo tecido.

CAUSAS ESTRUTURAIS DO CRIME

Em 29 de dezembro de 1996 firmou-se a paz na Guatemala. Mas a mudança declarada não era garantia de uma mudança real. O assassinato de Juan Gerardi recorda-nos bruscamente que muitas das causas do conflito, para o qual, supunha-se, os acordos de paz "substantivos" conteriam a chave de solução, mantêm-se intactas na realidade guatemalteca depois do estabelecimento da paz.

Todavia, existem no país grupos econômica, política e militarmente poderosos, que para resolver conflitos tendem a confiar mais na força bruta do que no diálogo. Até certo ponto continuamos sendo uma sociedade em estado de guerra. Situamos-nos naquela zona de penumbra que está querendo o amanhecer mas ao mesmo tempo mantém a sombra noturna.

CASO GERARDI: ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Em 20 de julho, quase três meses depois do assassinato do monsenhor Gerardi, a imprensa noticiou a prisão do sacerdote Mario Orantes, acusado de estar implicado ou ser cúmplice do crime, juntamente com a cozinheira Margarida Lopes, que há anos trabalhava na casa paroquial de San Sebastian.

A prisão se realizou em meio a um emprego "completamente desnecessário" de força policial: fala-se de 400 policiais envolvidos. Essa desproporção entre a espetacular operação e a detenção de Orantes, que desde o início declarou-se disposto a colaborar com as investigações policiais, revela uma expressiva estratégia de propaganda. Ainda, a prisão apontaria também para um objetivo, do qual se havia suspeitado há algum tempo: manchar a imagem da Igreja, que, como nenhuma outra instituição, saiu fortalecida do conflito armado interno que foi concluído com o acordo de paz.

No dia 27 de julho, o procurador de Direitos Humanos da Guatemala, Julio Arango, afirmou crer na inocência dos detidos e insistiu que o crime teve motivações políticas.

A obscuridade acerca dos autores materiais e intelectuais do assassinato continua, bem como a impunidade, tida como um dos maiores obstáculos para a construção de um estado de direito e uma sociedade baseada sobre princípios de justiça. De acordo com declaração da Aliança contra a Impunidade, uma das organizações da sociedade civil, a captura do sacerdote Orantes "não desmerece nem diminui a contundência do informe de REMHI, nem do labor pastoral que o monsenhor Gerardi realizou durante toda a sua vida". Ele continua sendo o bispo mártir pela verdade e pela paz, símbolo de uma Igreja que opta pelos pobres e por sua libertação.

Juan Vandeveire García, Revista *Voces del Tiempo*.



Monsenhor Gerardi

O acordo sobre aspectos socioeconômicos reconhece que na Guatemala há que se assegurar um "crescimento econômico com sustentabilidade ambiental". Também ratifica a responsabilidade do Estado de forma a superar "as iniquidades e deficiências sociais, tanto mediante a orientação para o desenvolvimento como mediante a inversão pública e a prestação de serviços sociais universais".

Certamente seria irreal esperar que esses objetivos fossem alcançados plenamente com dezoito meses do estabelecimento da paz. Mas preocupa o fenômeno da "agenda dupla": por um lado, a dos acordos de paz que neste período tem sido adiada; e por outro, a que tem sido imposta, a do partido do governo, a favor dos empresários, da privatização e das forças do mercado. Assim se explica por que nossa economia apresenta uma

modesta taxa de crescimento — 4,1% —, enquanto se mantém e até se estende e se aprofunda a pobreza. "Na Guatemala 84% da população rural vive abaixo da linha de pobreza" ("La Hora", 30 de abril de 1998). As iniquidades e desequilíbrios mantêm-se intactos no país do pós-guerra. Devido à persistência dessas estruturas o monsenhor Gerardi foi assassinado.

No Acordo Geral sobre Direitos Humanos, o governo se compromete a atuar com firmeza contra a impunidade e a combater a existência de corpos de segurança ilegais e de aparatos clandestinos. O fato mesmo do assassinato do bispo e a escassa perspectiva, passados meses, de detectar e dismantelar o "aparato clandestino" responsável, provam que a impunidade nos remete a uma situação anterior à paz.

POR QUE ESSE MARTÍRIO SIGNIFICA UMA NOVA ESPERANÇA?

Aos dezesseis meses do estabelecimento da paz, o assassinato de monsenhor Gerardi impõe a pergunta sobre a viabilidade da perspectiva aberta com esse acordo. O crime, que permanece impune, afetaria diretamente o processo de paz, debilitando sua consistência e reduzindo o seu alcance. Mais ainda: poderia significar o regresso da situação de enfrentamento e polarização anterior ao fechamento dos acordos. Outra possibilidade é que o martírio de monsenhor Gerardi desperte e ative as forças sociais guatemaltecas chamadas a impulsar o processo de paz de maneira muito mais consciente, massiva e profunda do que têm feito até agora.

Apostamos pela esperança, em meio à noite escura que novamente ameaça envolver-nos. Apostamos por

GUATEMALA



Nome oficial: Guatemala (República de Guatemala)

Capital: Guatemala

Nacionalidade: guatemalteca

Idioma: espanhol (oficial), línguas regionais

Religião: cristianismo 100% (católicos 72,5%, sincretismos tradicionais 2,5%, protestantes 25%) (1986)

Moeda: quetzal; cotação para US\$ 1:5,86 (ago/1997)

Governo: República presidencialista
Divisão administrativa: 22 departamentos

Chefe de Estado e de governo: presidente Alvaro Enrique Arzú Irigoyen (PAN) (desde 1996)

Principais partidos: Avanço Nacional (PAN), Frente Republicana Guatemalteca (FRG)

Legislativo: Unicameral — Congresso Nacional, com 80 membros eleitos por voto direto para mandato de quatro anos

Constituição em vigor: 1986

O poder no país se alternou entre conservadores e liberais até a Revolução Liberal de 1871, que implan-

tou uma ditadura. Uma revolução popular derrubou a ditadura em 1944.

Jacoco Arbenz, eleito presidente em 1950 com o apoio dos comunistas, realizou uma reforma agrária e expropriou terras de empresas estrangeiras. Alarmados, os EUA apoiaram o golpe militar do coronel Carlos Castillo Armas contra Arbenz em 1954. Iniciou-se um movimento guerrilheiro, dividido em quatro grupos para combater o regime.

Os militares governaram o país ditatorialmente até 1965, quando uma nova Constituição foi aprovada pela Assembléia Nacional, eleita um ano antes. Mas as frustrações com o governo do presidente Julio César Méndez Montenegro, eleito em 1966, alimentaram a violência terrorista. Na década de 70, o Exército reassumiu o controle do país, mantendo um sistema parlamentar de fachada. Surgiram os esquadrões da morte de direita em reação ao terrorismo de extrema esquerda. Em 1982, os quatro grupos guerrilheiros se unificaram na União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Em 1984, os centristas venceram as eleições para a Assembléia Constituinte e, com a eleição do democrata-cristão Vinicio Cerezo para a Presidência, em 1985, foi restabelecido um regime constitucional. O governo criou uma comissão para investigar crimes cometidos por militares, além de dar início ao diálogo com a guerrilha em 1987. Não conseguiu, porém, deter a violência política e enfrentou várias tentativas de golpe de Estado. O conservador Jorge Serrano Elías venceu as eleições presidenciais de 1991 e retomou as conversações com a URNG. Essa iniciativa — somada à

condenação de militares pela justiça e ao afastamento de oficiais envolvidos em violação de direitos humanos — desagradou aos militares, que lançaram uma campanha contra o governo.

A líder indígena Rigoberta Manchú, uma das vítimas da repressão militar, ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 1992.

Os grupos paramilitares de direita continuaram ativos, e os guerrilheiros anunciaram, em agosto de 1995, uma trégua unilateral em novembro para facilitar as eleições legislativas e presidencial. O Partido Avanço Nacional (PAN) conquistou 54% das cadeiras da Assembléia e elegeu também o presidente, Alvaro Enrique Arzú Irigoyen, no segundo turno, realizado em janeiro de 1996.

No início de dezembro, a URNG e o governo assinaram acordos para um cessar-fogo permanente, a reincorporação dos guerrilheiros à vida civil e reformas constitucionais garantindo os direitos dos indígenas, mais de 50% da população do país. E, em 29 de dezembro, o presidente Arzú e os comandantes da URNG assinaram, em Guatemala, a capital, o acordo de paz pondo fim à luta que deixou cerca de 100 mil mortos e 40 mil desaparecidos. Em janeiro de 1997, a ONU aprovou o envio de 155 observadores militares para supervisionar a pacificação guatemalteca. Em fevereiro foi nomeada uma Comissão da Verdade para investigar a violação de direitos humanos cometida durante a guerra civil. Em junho foi eleito um comitê da URNG para reestruturar a organização como partido político.

Fonte: Almanaque Abril /98.

uma leitura pascal do momento presente, tal como foi expressa por Juan Hernandez Pico, S.J., em seu artigo "A pedra assassina, cimento da paz":

"Além do ceticismo e da falta de confiança, os riscos nesta hora dramática da Guatemala são tão graves para o desenvolvimento das instituições da democracia, para a confiança do povo na capacidade e o grau de

poder do governo, para o avanço do processo de paz, que somente uma concentração de muitos esforços cidadãos, incluídos os religiosos, de tipo culturalmente ecumênico, e um firme apoio internacional solidário podem manter com vida o projeto reformado de nação que o fechamento dos acordos de paz inaugurou. Para que, como escrevemos então, o

quetzal possa continuar seu vôo livre em uma pátria que caminha para sua libertação, e não se veja obrigado a esconder-se de novo para livrar-se da escravidão".

Conselho de redação da revista *Voces del Tiempo*, Guatemala.

AIDS E IGREJAS

O Brasil está entre os três principais países com maior incidência de Aids. Os primeiros casos no País surgiram em 1982, e o que era no início visto apenas como uma síndrome de imunodeficiência rapidamente se transformou numa epidemia, principalmente nos grandes centros urbanos, e o seu crescimento é preocupante. Entre 1982 e 1986, foram registrados 1.762 casos. Em 1997, o número de vítimas já havia chegado a 103.262.

Se no início falava-se de grupos de risco (homossexuais, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos), essa distinção perdeu a validade pois hoje a Aids atinge todos os setores e transformou o conjunto da sociedade em grupo de risco. Atualmente, a contaminação dá-se especialmente por meio de usuários de drogas e relações heterossexuais e atinge principalmente jovens e mulheres. Com isso, cresce também a transmissão perinatal, acompanhada de um número de nascimentos de crianças infectadas e de órfãos.

O crescimento da epidemia tem apresentado vários desafios às igre-

jas, pois a Aids não pode ser encarada apenas em seus aspectos clínicos. Na verdade, ela passou a ser um problema social que envolve vários campos como discriminação, preconceitos, direitos humanos e, conseqüentemente, os da pastoral e da ética.

Mas, como devem as igrejas enfrentar pastoralmente a questão? como acompanhar e apoiar os membros das igrejas que são soropositivos? como expressar solidariedade aos que, participantes ou não de uma comunidade cristã, são vítimas dos mais variados tipos de preconceitos e discriminação unicamente por terem sido infectados pelo HIV? como responder ecumenicamente a esses desafios?

Foi com o objetivo de auxiliar as igrejas a responderem a essas indagações que KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) decidiram unir esforços por meio do "Projeto Aids e Igrejas".

O projeto foi formalmente iniciado no final de 1995 com uma consulta nacional da qual participaram as igrejas-membros do Conic e do Con-

selho Latino-Americano de Igrejas (Clai). Elas reconheceram que têm um papel importante a desempenhar nas tarefas de prevenção e controle da epidemia, devido às suas atuações entre os diferentes segmentos da população e a suas presenças em todos os pontos do País. Além disso, essa "capilaridade" permite às igrejas conhecerem melhor os diversos segmentos da sociedade e, principalmente, as diferentes simbologias e valores que permeiam o universo cultural-religioso do Brasil. A consulta também decidiu sobre as linhas gerais e metodológicas do projeto.

O projeto tem-se concentrado na promoção de cursos, palestras e seminários para grupos de mulheres, jovens e adolescentes de diversas igrejas, além da publicação de artigos em revistas e jornais eclesiais. Dois suplementos do jornal "Contexto Pastoral" de KOINONIA, com tiragens de dez mil exemplares cada, também foram publicados.

Essas atividades se inserem nos objetivos específicos do projeto: sensibilizar as lideranças eclesiais quanto à necessidade de as igrejas agirem efetivamente na luta contra os preconceitos, a discriminação e marginalização de que são vítimas os portadores de HIV; e formar agentes multiplicadores nas igrejas, principalmente mulheres, jovens e adolescentes, que possam desenvolver trabalhos educativos de prevenção e de solidariedade aos soropositivos e suas famílias.

Passados estes primeiros três anos de desenvolvimento e consolidação do projeto, a próxima etapa será a formação de uma rede nacional de colaboradores, descentralizada por estados e regiões do País, com vistas a ampliar os serviços e apoios do projeto em nível nacional.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS – ABIA

Desde 1986, a ABIA vem atuando em relação à epidemia de HIV/AIDS no Brasil através de três principais frentes de trabalho: promoção de eventos, publicações e acompanhamento das políticas públicas de saúde relacionadas à AIDS. Nesta última a ABIA busca analisar tais políticas, tentando contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes.

Hoje, a ABIA integra organismos nacionais e internacionais, como o Latin American and Caribbean Council of AIDS Service Organizations (LACCASO), a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR).

ABIA

Av. Rio Branco, 43/22º andar Centro
200090-003 Rio de Janeiro RJ Brasil
Tel. (021) 224 1654 Fax (021) 253 8495
E-mail: abia@ax.apc.org URL: <http://www.ibase.org.br/abia>

REAFIRMANDO O COMPROMISSO

"E não nos cansemos de fazer o bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos". Gálatas 6.9

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE está comemorando 25 anos de trabalho. Desde a origem respondeu à necessidade das igrejas de reafirmarem uma nova concepção de diaconia que não se limitasse a minorar as dores e os sofrimentos dos pobres e oprimidos, mas lhes desse oportunidade de afirmar sua dignidade, sua consciência de cidadania e sua capacidade de lutar de forma organizada.

A CESE compreendeu que esse serviço deveria ser feito dentro de uma perspectiva ecumênica, fiel ao espírito do Evangelho de amar a todos aqueles que, independentemente das confissões religiosas, estivessem sendo atingidos nos seus direitos e na sua dignidade.

Nascida no período da ditadura militar que assolou o Brasil, teve a ousadia de publicar e distribuir em todo o País, como seu primeiro documento, milhões de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, enriquecida por pronunciamentos oficiais de apoio de diversas igrejas cristãs, juntamente com textos bíblicos. Era o início da marca da identidade da CESE, que hoje se reafirma na solidariedade com todos(as) os(as) que lutam pelos direitos de vida digna e pelo pleno exercício da cidadania e contra todas as formas de discriminação e exclusão.

A CESE constata que, na atual conjuntura do País, agravam-se muitas situações de injustiça e de sofrimento do povo brasileiro. São milhões de trabalhadores(as) desempregados(as), de lavradores(as) sem terra, de crianças sem escola, de jovens sem perspectiva de vida, de mulheres sobrecarregadas de responsabilidade e desrespeitadas na sua dignidade social, com concentração de renda, riqueza e propriedade na mão de uma minoria da população, a naturalização da cultura da violência e do consumismo, enquanto os serviços básicos de saúde, transporte e moradia continuam sendo precários, inadequados e insuficientes. Esta situação torna-se mais visível e grave nos períodos de seca, de epidemias, de explosão de violência, de maior dor e sofrimento, quando a ineficiência do governo e a perversidade do modelo socioeconômico vigente tornam-se mais evidentes.

Vivemos este ano momento especial para o País, quando o povo elegerá os novos governantes. Será a ocasião de julgamento e de oportunidade para que sejam exigidas novas políticas capazes de responder às necessidades do povo brasileiro.

A CESE, nesta oportunidade, reafirma seus objetivos de contribuir para que os humilhados e ofendidos, os que têm fome e sede de justiça, homens e mulheres que vivem do trabalho e nem sequer têm oportunidade de exercê-lo, alcancem a plena cidadania. As igrejas que participam da CESE continuarão lutando para garantir a fidelidade desses compromissos, certas de que estarão respondendo aos ensinamentos do Evangelho de Jesus Cristo, fundamento e inspiração da CESE.

(Documento aprovado na Assembléia Geral Ordinária da CESE, em 9/6/1998)

Dr^a Gertrude Wanke (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) – Presidenta
D. Jubal Pereira Neves (Igreja Episcopal Anglicana no Brasil) – Vice-presidente
Bispo Adriel de Souza Maia (Igreja Metodista) – Tesoureiro
Prof^a Maria Laura A. V. Gonçalves (Igreja Presbiteriana Independente) – Secretária
Dr^a Maria Soares de Camargo (Igreja Cristã Reformada) – Vogal